A SOBERANIA DE DEUS

E A RESPONSABILIDADE DO HOMEM

THEO G. DONNER



© 1998 Theo G. Donner

Título original:
La soberania de Dios y la Responsabilidad del hombre

Tradução
Juan Carlos Martinez Pinto

Revisão
Carlos Augusto Pires Dias
João Guimarães

Capa
Souto Design

Diagramação
B.J. Carvalho

1ª edição – Outubro de 2005

Gerente Editorial
Juan Carlos Martinez

Coodenador de produção
Mauro W. Terrengui

Impressão e acabamento
Imprensa da Fé

Todos os direitos reservados para:
Editora Hagnos
Rua Belarmino Cardoso de Andrade, 108
04809-270 - São Paulo - SP
Tel: (11) 5668 5668
e-mail: hagnos@hagnos.com.br
www.hagnos.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Donner, Theo G.

A Soberania de Deus e a Responsabilidade do Homem / Theo G. Donner;
[tradução de Juan Carlos Martinez Pinto].
– São Paulo, SP: Editora Hagnos, 2005.

Título original: La Soberania de Dios y la Responsabilidad del Hombre.
ISBN 85-89320-77-4

*1.*Homem (Teologia cristã) *2.* Responsabilidade 3. Salvação 4. Soberania de Deus I. Título.

05-5545 CDD-231-7

Índices para catálogo sistemático
I. A soberania de Deus e a responsabilidade do homem:
Teologia cristã 231.7

Sumário

Introdução 7

1 - O problema do homem 15

2 - O propósito soberano de Deus 25

3 - O poder da cruz e a redenção do povo de Deus 39

4 - A graça de Deus 53

5 - A certeza da salvação 63

Conclusão 75

Introdução

A questão da soberania de Deus e a responsabilidade do homem ainda gera fortes discussões entre os cristãos. Na história da Igreja, o tema tem levado a importantes divisões teológicas e eclesiásticas. Atualmente os termos 'calvinistas' e 'arminianos' ainda são utilizados, em certa medida, com conotação pejorativa. As expressões 'predestinação' e 'livre-arbítrio' para muitos são o indicador de posições teológicas incompatíveis.

O termo calvinista é mais usado para falar de pessoas extremistas com as quais não concordamos. Para essas pessoas, a palavra 'predestinação' indica uma perspectiva teológica equivocada e provavelmente herética.

Até certo ponto, essa atitude é surpreendente e contraditória, já que as raízes da igreja evangélica estão intimamente ligadas com a

perspectiva chamada 'calvinista'. Os grandes protagonistas da reforma protestante do século 16, Lutero (1483-1546), Zwinglio (1484-1531) e Calvino (1509-1564) acreditavam na predestinação, isto é, na soberania da graça de Deus na salvação. Todos eram, por assim dizer, 'calvinistas'. E a doutrina também não começou com eles. Eles seguiam os passos de Agostinho de Hipona (354-430). Além disto, tanto os reformadores quando Agostinho acreditavam seguir fielmente a teologia de Pedro, João e Paulo.

Após a Reforma surgiram, nas igrejas protestantes, debates e polêmicas com relação à doutrina da predestinação. O teólogo holandês Arminio (1560-1609), foi quem criticou a posição de Calvino sobre a eleição e a graça. Desta maneira, os defensores do 'livre-arbítrio' se identificam como 'arminianos'. A perspectiva arminiana foi acolhida e promovida especialmente pelo evangelista e fundador da Igreja Metodista João Wesley (1703-1791). Hoje em dia, as igrejas chamadas 'reformadas' ou 'presbiterianas' e várias das denominações batistas se identificam com a perspectiva reformada ou calvinista. As igrejas metodistas, nazarenas e a grande maioria das novas denominações, pentecostais e independentes de maneira geral se identificam com a perspectiva arminiana ou 'arminiana-wesleyana'.

Infelizmente, como acontece, a diferença da perspectiva teológica levou a divisões e polêmicas que nem sempre revelam o ideal cristão de amor fraternal. Em vez de reconhecer que se trata de uma dificuldade teológica complexa, que não tem uma solução simples, as duas perspectivas se acusavam mutuamente de falsificar o evangelho. Nesta área, fazem falta a paciência, o amor, e o desejo de entender melhor a posição dos outros.

Podemos ainda dizer inclusive que uma parte do problema é que muitos dos que atacam, sejam 'calvinistas', ou 'arminianos', pouco tempo têm investido estudando sua própria posição. Há calvinistas e arminianos que não têm a menor idéia da própria perspectiva teológica que supostamente representam. É por esta razão que estamos nos dedicando ao estudo da soberania de Deus e a responsabilidade do homem.

Identificamo-nos com o que é chamado de Teologia Reformada. Essa teologia muitas vezes se identifica como Teologia Calvinista, embora tenha sido exposta antes de Calvino por Agostinho, Lutero, Zwinglio e outros. No entanto, nosso propósito não é defender esses teólogos, mas sim fazer uma análise da base bíblica e teológica da doutrina que expuseram.

A Teologia Reformada com relação à doutrina da salvação costuma ser resumida em cinco pontos básicos, que se definem da seguinte maneira:

1. A depravação total do homem.

   Por causa da Queda, o homem é tão pecaminoso que não pode sozinho e por si mesmo agradar a Deus nem buscá-lo.

2. A eleição incondicional.

   Deus, desde antes da fundação do mundo, elegeu determinadas pessoas para serem salvas, sem levar em consideração o seu mérito.

3. A redenção ou expiação limitada.

   Cristo morreu na cruz somente pelos eleitos.

4. A graça irresistível.
   É impossível para o homem eleito resistir à graça de Deus que opera nele a fé e a salvação.

5. A perseverança dos santos.
   O homem eleito por Deus não pode perder a salvação.

Podemos notar a coerência desses pontos e a maneira como enfatizam a soberania de Deus. O homem é incapaz de fazer alguma coisa pela sua própria salvação. É Deus quem soberanamente toma a iniciativa na salvação ao eleger aqueles que se salvam, e quem providencia o meio da salvação em Jesus Cristo e que opera sobrenaturalmente no homem não somente na salvação, mas também na perseverança na fé até a morte.

Ao mesmo tempo em que é uma teologia da soberania de Deus, é também uma teologia do Espírito Santo. Hoje se fala muito do Espírito Santo, dos dons e ministérios do Espírito, do batismo e do enchimento do Espírito etc. Na Teologia Reformada, percebemos uma preocupação central com a obra do Espírito Santo, que com o Pai e o Filho participaram na eleição do homem, quem opera na salvação do homem, dando-lhe fé em Jesus Cristo, quem produz os frutos no cristão e o fortalece para que persevere na fé até o fim.

Muitos observam que a dificuldade com essa teologia é que ela não dá lugar à responsabilidade do homem. Com isto, chegamos ao ponto chave da controvérsia entre calvinistas e arminianos.

Aparentemente quando se afirma a soberania de Deus, nega-se ao mesmo tempo a responsabilidade do homem. Se for dito que o homem é incapaz de agradar a Deus e buscá-lO, implica que o homem não pode ser responsável. Se for dito que o homem é salvo

somente pela eleição e a graça de Deus, então aqueles que se perdem não são culpados por sua perdição; perdem-se porque não foram eleitos por Deus. Essas objeções se originam em uma preocupação pela justiça de Deus e não tanto no desejo de afirmar a qualquer custo o livre-arbítrio e a responsabilidade do homem.[1]

É justo da parte de Deus condenar a um homem que não faz a sua vontade, quando o homem é incapaz de fazê-la? É justo da parte de Deus arbitrariamente salvar alguns homens e enviar os outros para o inferno? Desta forma, a vontade de Deus não se torna a causa da perdição? Tais perguntas são perfeitamente legítimas. Não podemos afirmar a soberania de Deus a despeito de sua justiça, como também não podemos afirmar a justiça de Deus a despeito de sua soberania.

Os representantes da Teologia Reformada têm sido sensíveis a essas objeções e têm tratado de respondê-las. Uma reunião muito importante para a formulação da teologia reformada, o Sínodo de Dort (1618-1619), tratou destes pontos. Depois de enunciar os cinco pontos (mencionados), afirma, de maneira negativa, a responsabilidade do homem. Diz-se com relação à doutrina da predestinação que:

- não faz Deus o autor do pecado e da injustiça;
- não implica que os eleitos possam fazer o que quiser, já que não podem perder a salvação;
- não implica que possa haver pessoas que têm acreditado no evangelho e que têm demonstrado todos os frutos da salvação em suas vidas, mas que se perdem por não terem sido eleitas;
- também não implica em que Deus de forma arbitrária, sem consideração do pecado, condene a grande maioria dos homens ao inferno;

- não implica que a mesma reprovação, isto é, a exclusão da eleição, seja a causa da incredulidade e impiedade daqueles que se perdem, mesmo do modo que a eleição é a causa da fé e das boas obras nos que são salvos. (Mesmo que possamos dizer que a eleição é a causa da salvação dos eleitos, não podemos dizer que é a causa do pecado dos não eleitos).[2]

Desta maneira, podemos observar que a teologia reformada, ao contrário de negar a responsabilidade do homem, a afirma, com a soberania de Deus. Ao mesmo tempo, vemos as dificuldades desta posição. São declarados conceitos mutuamente contraditórios.

É lógico que é incompatível a soberania de Deus com a responsabilidade do homem, ou, podemos dizer também que são incompatíveis a soberania com a justiça de Deus. Se Deus é soberano, o homem não pode ser responsável, logo Deus não seria justo. Se o homem é responsável, e Deus é justo, Ele não pode ser soberano. A teologia reformada afirma o que é logicamente impossível. Afirma que Deus é soberano e que o homem é responsável. Afirma que Deus é soberano e justo.

Cabe mencionar que a doutrina da eleição e da graça não é a única doutrina 'ilógica' na fé cristã. A Igreja acredita que há várias doutrinas, inclusive as mais importantes, que não cabem em nossos esquemas de lógica humana.

Qualquer testemunha de Jeová pode lhe dizer que a doutrina da trindade é matematicamente impossível. Deus não pode ser um e três ao mesmo tempo. Se for um não são três, e se são três já não é um. Afirmamos porém, que Deus é um só Deus em três pessoas. É um mistério que não podemos captar de maneira lógica, nem devemos

tentar. Temos de afirmá-lo porque a Bíblia afirma que Deus é um e que Deus é Pai, Filho e Espírito Santo.

Quando falamos da Pessoa de Jesus Cristo, dizemos que Ele é Deus e homem. Mas estes termos são incompatíveis. Se for Deus não pode ser homem. Se for homem, não pode ser Deus. Mas a Bíblia afirma que Jesus Cristo é homem, como todos os homens, ainda que fosse sem pecado, e ao mesmo tempo afirma que Jesus Cristo é Deus, que é um com o Pai. Logicamente, é impossível. É um mistério que vai muito além do nosso entendimento e nossa capacidade racional.

Esta mesma incompatibilidade lógica é dada no caso da doutrina da salvação. Ali, a Bíblia afirma que o homem é responsável e que Deus é soberano.

Desta maneira, a nossa proposta é analisar os cinco pontos que resumem a Teologia Reformada com relação à salvação, à luz desta tensão entre a soberania e a responsabilidade do homem. Nosso propósito, como já foi dito, não é defender os conceitos de teólogos como Agostinho, Lutero, Calvino e outros, mas, sim analisar o que diz a Bíblia sobre cada um destes pontos. Esperamos que sejam as Escrituras que nos ensinem, nos repreendam, nos corrijam e nos instruam na justiça.

---

[1] João Wesley, *Predestination Camly Considered*, Cap 31 em A.C. Outler (ed). John Wesley (New York, Oxford Univ. Press. 1964) p. 439.

[2] *Los Canones de Dort* (Rijswijk, Felire, 1982) p. 60, 61. P.Y. de Jong (ed). *Crisis in the reformed churches* (Grand Rapids, Reformed Fellowship, 1968) p. 260, 261.

[capítulo 1]

O problema do homem

Começamos nosso estudo ao tratar do problema do homem, porque uma apreciação correta da condição humana nos ajuda de maneira mais clara entender a natureza da graça de Deus na salvação.

No primeiro capítulo de Gênesis, o homem é apresentado como o ponto culminante da criação, um ser criado à imagem e semelhança de Deus, cujo propósito é ser senhor e mordomo de Deus sobre toda a criação (Gn 1.26-28). No segundo capítulo de Gênesis, vemos um relato detalhado da criação do homem, no qual o homem ficou sob a autoridade de Deus (colocado no jardim *para o lavrar e guardar* 2.15) e que Deus exigiu a sua obediência, ao lhe proibir comer *da árvore do conhecimento do bem e do mal* (2.17), ou seja, o homem foi criado um ser responsável.

Em Gênesis 3, é narrada a Queda do homem. É ali que entra o pecado no mundo. Podemos observar que o pecado se apresenta como o resultado de um questionamento a respeito de Deus. Questiona-se a bondade de Deus em prover ao homem: *É assim que Deus disse: não comereis de toda árvore do jardim?* (3.1). Questiona-se a veracidade de Deus: *não morrereis* (3.4). E ainda, questiona-se a bondade intrínseca de Deus ao acusá-lO de egoísmo *"Porque Deus sabe que no dia em que comerdes* [...] *sereis como Deus* [...] 3.5).

A raiz do diálogo da serpente, a mulher tem o desejo de comer o fruto da árvore. Especificamente parece que ela desejava ser como Deus: o fruto era *desejável para dar entendimento* (3.6). Desta maneira, ela comeu o fruto em desobediência ao mandamento de Deus e também o deu a Adão. O pecado de fato é: agir em oposição à vontade de Deus, mas ainda implica em um questionamento de Deus, uma rebeldia contra Deus e um desejo de ser Deus.

Podemos dizer muito sobre as conseqüências desse pecado. O homem e a mulher perderam o relacionamento harmonioso que tinham. Os dois fizeram aventais para cobrir sua nudez, porque se envergonharam um do outro. Seu relacionamento foi rapidamente definido como um relacionamento de desejo e de domínio: *teu desejo será para o teu marido, e ele te dominará* (3.16 e 4.7). O homem perdeu o relacionamento harmonioso com Deus. Quando ouviu a voz de Deus, se escondeu, pois teve medo (3.8,10). Deus o expulsou do jardim e assim o homem perdeu a comunhão especial e a proximidade com Deus que tinha desfrutado até esse momento (3.23). O homem perdeu também o relacionamento harmonioso

com a natureza. A terra foi amaldiçoada por causa dele e começou a produzir espinhos e abrolhos. Assim o homem passou a comer pão com o suor do seu rosto (3.17-19). Ali começou a dor e a morte, a alienação mútua dos homens e o afastamento de Deus.

Mas existem outras conseqüências do pecado que também precisamos observar. Em Gênesis 3 o pecado do homem consistiu em comer do fruto de uma árvore. Em Gênesis 4 vemos uma terrível ascensão do pecado. O primogênito de Adão e Eva cometeu homicídio. E seu descendente Lameque aparentemente cometeu um pecado dez vezes pior que o pecado de Caim. Qual é a razão para esse pecado? Por que Caim matou Abel? A Bíblia não dá uma razão específica, mas o apresenta como a conseqüência natural do pecado de Adão e Eva. Caim nasceu de pais pecadores; então não podia fazer nada a não ser pecar. Ao mesmo tempo o relato dá ênfase à responsabilidade de Caim: *[...] o pecado jaz à porta, e sobre ti será o seu desejo; mas sobre ele tu deves dominar* (4.7). Mesmo que o pecado desejasse dominar Caim, ele tinha a responsabilidade de dominá-lo.

A história dos homens foi piorando cada vez mais. Em Gênesis 6, Deus reconheceu: *Viu o SENHOR que a maldade do homem se havia multiplicado na terra e que era continuamente mau todo desígnio do seu coração*" (6.5). E Deus decide destruir sua criação e começar de novo. Por meio do dilúvio, destruiu o mundo e salvou Noé e os representantes dos animais.

No fim do dilúvio encontramos um texto bíblico estranho. Em Gênesis 8.21, Deus determinou: *Não tornarei mais a amaldiçoar a terra por causa do homem; porque a imaginação do coração do homem é má desde a sua meninice; nem tornarei mais a ferir todo vivente,*

como acabo de fazer. Esperaríamos que ao salvar a um homem *justo* e *perfeito em suas gerações* (6.9) Deus estaria começando uma nova humanidade boa e justa. Mas o texto diz exatamente o contrário. Deus reconheceu que o homem era pecador, que a imaginação do seu coração era má desde a sua meninice. É o mesmo diagnóstico que tinha feito antes do dilúvio (6.5). Ou seja, Deus afirmou que o dilúvio e a salvação de Noé não eliminaram o pecado, que a destruição dos pecadores não era a solução para o pecado.

Devemos destacar que a afirmação de Gênesis 8.21 é absoluta. Não há distinção entre alguns homens bons e outros maus. O juízo que Deus emite aqui com relação ao homem inclui toda a humanidade.

Podemos afirmar que os primeiros capítulos de Gênesis, desde a Queda de Adão e Eva até a construção da torre de Babel em Gênesis 11, têm como propósito colocar em destaque a gravidade do pecado e a condição desesperada do homem. Em Gênesis 12, na chamada de Abrão, Deus tomou a iniciativa e começou o seu plano para a salvação do homem. Em Gênesis 12, é evidente que o homem não podia se livrar do pecado por seu esforço, mas precisaria da ajuda de Deus. Somente Deus pode salvá-lo do pecado.

Mas não é somente nos primeiros capítulos de Gênesis que se menciona a gravidade do pecado. Paulo nos diz que a lei que Deus deu a Israel tinha como propósito manifestar o pecado: *Sobreveio, porém, a lei para que a ofensa abundasse [...]* (Rm 5.20). A mesma história de Israel, história por meio da qual Deus atinge seus propósitos, revela a gravidade do pecado.

O que vemos no Antigo Testamento? Vemos que Deus se comprometeu pessoalmente com um povo, Deus o encheu com bênçãos,

o redimiu da escravidão do Egito, o sustentou durante quase 40 anos no deserto, fez aliança com esse povo para ser o Deus dele, lhe deu a Terra Prometida, terra que mana leite e mel, lhe disse claramente que se cumprisse os mandamentos da lei, Ele o abençoaria, os faria próspero e lhe daria felicidade, e se não cumprisse, sofreria o castigo de Deus. E assim rapidamente, se afastara de Deus. O profeta Isaías resume a situação em Isaías 5.1-7.

Quando Deus viu que os israelitas, com todos os favores e privilégios recebidos, não obedeceram à lei e se afastaram d'Ele, Ele os castigou. E desta maneira a história de Israel se tornou uma tragédia, uma história de juízo, castigo, fome, guerra, opressão, escravidão e finalmente, o exílio. E, qual foi o resultado? Será que por causa do castigo aprenderam a obedecer e agradar a Deus? Entretanto, o castigo também não produz a obediência requerida por Deus. Em Ezequiel 36.17-21, apresentada a situação de Israel.

No mesmo capítulo 36 de Ezequiel, Deus mesmo indica o remédio para o problema do homem (36.22-27). Deus mesmo lhe dará seu Espírito, Deus transformará o coração do homem. Visto que o homem não pode obedecer por si mesmo, Deus o fará obediente, por meio do Seu Espírito.

Na epístola aos Romanos, o apóstolo Paulo nós dá uma análise ampla do problema do homem. Nos primeiros capítulos, indica acima de tudo a responsabilidade do homem. Em Romanos 1.18; 2.16, Paulo estabelece a culpa dos gentios perante Deus. O argumento se divide em dois. A primeira parte (1.18-32) demonstra que os homens não querem agradar nem adorar a Deus, mesmo que Deus lhes tivesse dado na criação, evidência suficiente para que

eles percebessem sua realidade. A segunda parte (2.1-16) mostra que os homens, ao condenar outros pelas práticas que eles mesmos praticam, reconhecem o merecido juízo de Deus. Ambas as partes começam *"São inescusáveis"* (1.20; 2.1) e dão ênfase que o homem, por responsabilidade própria, merece a condenação de Deus.

Mais adiante, em Romanos 2.17; 3.8, Paulo demonstra a culpa dos judeus que conheciam a vontade revelada de Deus pela lei, inclusive se vangloriando diante dos gentios por possuir essa lei, mas não a praticavam. E por se vangloriarem por serem o povo de Deus sem cumprir a lei, e *o nome de Deus é blasfemado entre os gentios* (2.24, uma referência a Ezequiel 36.20,21).

Paulo resume o seu argumento com uma série de citações do Antigo Testamento (3.10-18): *Não há justo, nem sequer um. Não há quem entenda; não há quem busque a Deus. Todos se extraviaram juntamente se fizeram inúteis...* Desta maneira, todo o mundo está sob o juízo de Deus. Paulo não diz que todos os homens "têm de pecar" nem que "estão sob a obrigação de pecar". Tão-somente observa o fato que não há homem justo. Já se afirmou nos textos anteriores que o homem tem plena responsabilidade por esse estado das coisas. Paulo fez uma observação do fato, não uma observação de necessidade.

Além disto, podemos dizer que, não fosse assim, Cristo teria sido morto em vão. Se houvesse homens bons e justos, se houvesse homens que verdadeiramente agradassem a Deus por seu esforço próprio, tais homens não precisariam da salvação de Jesus Cristo, se salvariam por sua justiça própria. Cristo veio para salvar homens perdidos, sem esperança, veio remir os que não podiam remir a si mesmos. Se fosse possível ao homem ser bom, Cristo morreria em vão.

Em Romanos 5 Paulo analisa ainda mais a situação do homem. Em Romanos 5.12-21, faz o contraste entre Adão e Cristo. Paulo diz que *assim como por um só homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado a morte, assim também a morte passou a todos os homens, porquanto todos pecaram.* Neste contexto, Paulo afirma que o pecado entrou por Adão e pelo pecado a morte, e a morte passou de Adão a todos os homens; afirma que pela transgressão de um, muitos morreram; que o juízo veio por causa de um só pecado para condenação e pela transgressão de um veio a condenação a todos os homens; afirma que pela desobediência de um homem "os muitos" foram constituídos pecadores. Ou seja, Paulo demonstra aqui que o problema do pecado e morte tem sua origem fora do indivíduo. Somos pecadores, estamos sob condenação e sofremos morte, por causa do pecado de Adão.

Ao mesmo tempo, Romanos 5.12 afirma a responsabilidade do homem: *assim também a morte passou a todos os homens, porquanto todos pecaram.* Os homens que sofrem a morte não são vítimas inocentes de elementos fora de seu controle. Os homens morrem, recebem o castigo pelo pecado, por causa do seu próprio pecado. Desta maneira, observamos os dois aspectos da condição do homem. Vemos, lado a lado, o pecado original e a responsabilidade individual. O homem é herdeiro moral (e mortal) do pecado de Adão e o homem é agente responsável que sofre por seu próprio pecado.

Não devemos tentar reconciliar aqui esses dois aspectos. A Bíblia simplesmente afirma que ao mesmo tempo em que o pecado é herdado é responsável também por suas atitudes pecaminosas. Nós não podemos escolher entre os dois, mas devemos reconhecer os dois.

É neste ponto que surge a pergunta se o homem é livre, ou se tem livre arbítrio. Os defensores do livre-arbítrio afirmam que o homem não é responsável a não ser que tenha a liberdade de escolher entre o bem e o mal. Alguns defensores da teologia reformada, infelizmente, têm caído no determinismo que os leva a afirmar que o homem está determinado e obrigado a fazer o mal, por causa da queda.

É surpreendente observar que os reformadores, Lutero e Calvino, afirmavam que a vontade do homem não era determinada.[1] Eles não eram deterministas. Quando o homem peca, não o faz por obrigação, mas o faz livremente, ele escolheu por livre e espontânea vontade. Porém, eles também reconheceram que a Bíblia diz que o homem é pecador, que não há justo, nem sequer um, que não busque a Deus. Daí concluíram que o homem não é capaz, sem a ajuda de Deus, de fazer o que é bom. Eles afirmam que o homem é livre e responsável, ainda que por si mesmo não faça e não seja capaz de praticar o bem. O homem é pecador e peca livremente, por livre e espontânea vontade. Não é de surpreender que Calvino considerasse o título de "livre-arbítrio" um nome muito grande para uma coisa tão pequena e indigna.[2]

Além disto, devemos observar que a Bíblia utiliza o termo "liberdade", não para falar do homem natural, mas para indicar o resultado da salvação: *[...] e a verdade vos libertará* (Jo 8.32); *Se, pois, o filho vos libertar, verdadeiramente sereis livres* (Jo 8.36). A liberdade é algo que recebemos de Cristo.

Se concordarmos com relação ao problema do homem, adoremos um passo mais importante neste estudo. Se ficar claro que o homem

natural não pode agradar a Deus, nem salvar a si mesmo, os demais pontos deste estudo seguem por inferência lógica.

Se o homem é pecador depravado, então somente Deus pode salvá-lo, isto significa que a salvação é uma iniciativa de Deus e é inteiramente uma obra de Deus. Se houver apenas uma parte da salvação que depende de nós, não nos salvaremos. Se nossa perseverança na fé depende do nosso esforço em perseverar, com certeza estaremos perdidos, porque nossa inclinação natural é contra Deus.

[1] Obras de Martinho Lutero (Buenos Aires, Paidós, 1976) Tomo IV "La voluntad determinada" p. 85,86. Juan Calvino Institución de la religión cristiana (Rijwijk, Felire, 1968) Tomo I, Lib. II, Cap. 3 Secc. 5 (p. 201-203).

[2] João Calvino, *Institucion* Tomo II, Lib. II, cap. 2 Secc. 7 (p. 178).

[capítulo 2]

O propósito soberano de Deus

A. Deus é soberano

Já que temos percebido a incapacidade do homem e sua impossibilidade de salvar a si mesmo, agora devemos considerar a iniciativa soberana de Deus para a salvação do homem. Para que isto seja possível, vamos primeiro considerar a natureza de Deus como Deus soberano.

Quando falamos da soberania, falamos apenas de uma das características ou atributos de Deus e deve-se observar que a soberania de Deus tem de ser vista dentro do contexto de todos os atributos de Deus, como: Sua justiça, Seu amor, Sua santidade etc.

Em primeiro lugar, Deus se revela como Deus soberano na criação do universo. Em Gênesis 1 vemos que Deus pela Sua palavra chama as coisas à existência. *Pela fé entendemos que os mundos foram criados pela palavra de Deus; de modo que o visível não foi feito daquilo*

que se vê (Hb 11.3). *Pela palavra do Senhor foram feitos os céus, e todo o exército deles pelo sopro da sua boca* (Sl 33.6). Muitas vezes se fala da criação para demonstrar a soberania incomparável de Deus. Quando Deus responde a Jó, em Jó 38-41, e lhe diz que não convém ao homem discutir com o Criador soberano do universo, por ser Deus o Criador, o homem não pode questionar o que Ele faz. Vemos este mesmo conceito em Isaías 45.9: *Ai daquele que contende com o seu criador! [...] dirá o barro ao que o formou: Que fazes?* (um texto citado por Paulo em Romanos 9.20). Ele é o Criador soberano. Não cabe ao homem questionar o que Ele faz. Ele não precisa dar explicações ao homem de suas ações.

Este tema da soberania de Deus na criação tem um papel importante no livro de Isaías, especialmente nos capítulos 40-55. Nestes capítulos, o tema do Criador soberano é combinado com a soberania de Deus na história dos homens. Assim, por exemplo, em Isaías 48.13,14: *Também a minha mão fundou a terra, e a minha destra estendeu os céus; quando eu os chamo, eles aparecem juntos. Ajuntai-vos todos vós, e ouvi: Quem, dentre eles, tem anunciado estas coisas? Aquele a quem o Senhor amou executará a sua vontade contra Babilônia, e o seu braço será contra os caldeus.*

Nestes capítulos é feita a distinção entre Yaweh e seus ídolos. Yaweh é que criou os céus e a terra. Ele agora faz *"novas coisas"* (Is 43.19). E é Ele que anuncia estas coisas novas antes que aconteçam (Is 42.9). Ele é Deus incomparável e soberano (Is 40.21-26). Ele é Senhor soberano da História.

Estes elementos da soberania de Deus na criação e na História se combinam no que tradicionalmente tem se chamado a providência

de Deus. Deus não somente criou os céus e a terra e os sustenta constantemente. Falando de Cristo, Paulo diz: *porque nele foram criadas todas as coisas [...] tudo foi criado por ele e para ele. Ele é antes de todas as coisas, e nele subsistem todas as coisas* (Cl 1.16,17).

Esta sustentação é vista no cuidado geral de Deus pelo mundo. Desta maneira Deus se compromete em Gênesis 8.22 *Enquanto a terra durar, não deixará de haver sementeira e ceifa, frio e calor, verão e inverno, dia e noite.* Em Mateus 5.45, é dito que Deus *[...] porque ele faz nascer o seu sol sobre maus e bons, e faz chover sobre justos e injustos.*

A providência e a soberania de Deus sobre a História são vistas nos casos específico Deus guia os eventos para o bem do seu povo. Por exemplo, na história de José, em Gênesis 37; 39-50, e na paixão de Cristo.

À luz de tudo isto surge a pergunta com relação à responsabilidade humana diante da ação soberana de Deus. A ação de Deus na História sempre é feita por meio de homens. É lógico que isto implica que os homens não atuam por conta própria mas que são instrumentos de Deus para cumprir Seus propósitos. Assim, por exemplo, os irmãos de José não podem ser culpados por vender José, já que cumpriram o propósito de Deus.

O mesmo pode ser dito sobre o evento central da história da salvação. Se o propósito de Deus era que Jesus morresse na cruz pelos nossos pecados, não se pode culpar judeus nem romanos por sua execução. Eles simplesmente foram instrumentos de Deus para cumprir os seus propósitos.

No entanto, a Bíblia não compartilha esta perspectiva. Paulo em Romanos 3.3-8, ridiculariza a idéia de que os homens não têm culpa

se suas más ações têm servido ao propósito de Deus. Em Gênesis 50.20, José diz a seus irmãos sobre a maldade que fizeram *Vós, na verdade, intentaste o mal contra mim; Deus, porém, o intentou para o bem, para fazer o que se vê neste dia, isto é, conservar muita gente com vida.* Observamos nos capítulos anteriores o que José fez a seus irmãos, não resta dúvida que os considerou responsáveis por essa ação, mas ao mesmo tempo ele reconheceu que Deus, por meio da ação (livre e responsável) deles tem cumpriu o Seu propósito.

Atos 1.16-18; 2.36; 3.13-15; 4.10 e 5.28 não deixam dúvidas com relação à responsabilidade daqueles que crucificaram Jesus. Parece que os apóstolos deram tanta ênfase neste tanto que os dirigentes judeus se sentiam ameaçados *[...] e eis que enchestes Jerusalém dessa vossa doutrina e quereis lançar sobre nós o sangue desse homem* (At 5.28). Porém, é evidente que os apóstolos também consideraram que dessa maneira foram cumpridos os propósitos de Deus *Mas Deus assim cumpriu o que já dantes pela boca de todos os seus profetas havia anunciado que seu Cristo havia de padecer* (At 3.18). De igual maneira, em 4.27,28: *Porque verdadeiramente se ajuntaram, nesta cidade, contra o teu santo servo Jesus, ao qual ungiste, não só Herodes, mas também Pôncio Pilatos com os gentios e o povo de Israel; para fazerem tudo o que a tua mão e o teu conselho predeterminaram que se fizesse.* A pregação de Pedro em Atos 2 combina os dois aspectos da soberania e responsabilidade, ao falar de Cristo: *a este, que foi entregue pelo determinado conselho e presciência de Deus, vós matastes, crucificando-o pelas mãos de iníquos* (2.23).

O Deus soberano *[...] que faz todas as coisas segundo o conselho de sua vontade* (Ef 1.11) opera por meio das ações livres dos homens e

julga os homens que fazem maldade, mesmo quando essa maldade sirva ao Seu propósito (de Deus).

Aqui também devemos observar que a bondade, a soberania e a providência de Deus não protegem o homem das conseqüências de seu pecado. O fato deste mundo ser um mundo de dor, de sofrimento, de desastres etc. não é assim por causa da soberania de Deus, mas devido ao pecado do homem. A soberania e o amor de Deus não se mostram como uma proteção contra o pecado mas na provisão de um remédio, de uma solução ao problema do pecado em Jesus Cristo, em quem a pessoa de Deus também compartilha a dor e o sofrimento da humanidade.

B. A soberania de Deus na salvação

A Bíblia é a história tanto da salvação quanto da revelação de Deus. Por meio dos eventos da história bíblica se desenvolve o plano de Deus para a salvação do homem, que culmina na Pessoa e ministério de Jesus Cristo. Porém, ao mesmo tempo, é a história da revelação, por meio da qual Deus se dá a conhecer Deus Salvador.

Esse Deus Salvador, ao mesmo tempo, se mostra um Deus soberano. É Ele quem toma a iniciativa, quem atua livremente, sem nenhuma obrigação, para o bem do homem. Em Gênesis 6.8, se diz que Noé *[...] achou graça aos olhos do Senhor*. Pelo que Deus mesmo disse com relação à maldade de todos os homens em Gênesis 6.5 e 8.21, supõe-se que a justiça e a perfeição de Noé devem-se à graça de Deus. Algumas vezes a Bíblia fala de uma justiça e perfeição superficial, como em Filipenses 3.6, uma justiça que não implica uma perfeição completa, como em Romanos 7.7-23. Pode ser que, à

luz de Gênesis 9.20-25, devamos concluir que o caso de Noé é um exemplo de tal justiça superficial. E é por essa razão, pela graça de Deus, que Noé é preservado no dilúvio.

A frase *achar graça diante dos olhos de alguém* corresponde ao contexto de uma corte real no oriente (como está ilustrado em Ester 5.1-8). Um rei no oriente era tão engrandecido que nem olhava para uma pessoa que estivesse diante dele suplicando — para o rei essa pessoa não existia. Se o rei atendesse às súplicas da pessoa, o rei olhava de frente, e aquele que suplicava sabia que tinha obtido o favor, achado graça perante os olhos do rei. Este mesmo contexto é refletido em Números 6.25,26 *O Senhor faça resplandecer o seu rosto sobre ti, e tenha misericórdia de ti; o Senhor levante sobre ti o seu rosto, e te dê a paz.* Esta forma de falar de Deus dá ênfase na sua soberania.

A mesma iniciativa livre e soberana de Deus encontramos no chamado de Abrão, em Gênesis 12.1-3. Deus lhe revelou os Seus propósitos de abençoar todas as famílias da terra através de Abrão. Aqui não se trata de um compromisso condicional. Deus não prometeu cumprir sua promessa só se Abrão obedecesse, porém fez a promessa de maneira absoluta. Em Gênesis 15, Deus fez o pacto com Abrão novamente, é um compromisso incondicional de Deus. Ainda em Gênesis 17, o compromisso de Deus é incondicional. Ali a circuncisão não é uma condição do pacto, mas o sinal externo pelo qual se identificam os que estão inclusos no pacto.

Vemos esse compromisso de Deus operando no livro de Êxodo. Ali Deus liberta os israelitas, não porque eles merecem a libertação nem porque tenham cumprido alguns pré-requisitos, mas porque Deus se comprometeu com os patriarcas. É desta maneira que Deus

se dá a conhecer como o Deus de Abraão, Isaque e Jacó; Ele é o Deus que entrou em pacto com eles e se comprometeu com eles. Além disso, Ele se chama *Eu sou quem sou* — é o Deus fiel, que não muda seus compromissos, no qual podemos confiar.

É necessário indicar brevemente que nem o pacto de Deus com os pais nem a libertação de Israel no Êxodo excluem a responsabilidade do homem. Abrão tinha de sair de seu país, de sua casa, de sua terra e ir à terra de Canaã. Supõe-se que esse ato de obediência da parte de Abrão era necessário para que fosse cumprido o propósito de Deus. O que teria acontecido com Noé se não tivesse construído a arca? O que teria acontecido se os israelitas tivessem se negado a ouvir e seguir Moisés? Estas são perguntas, às quais a Bíblia não responde. (A Bíblia poucas vezes satisfaz nossa curiosidade indevida.) Porém, sobressai o fato que a soberania de Deus não exclui a ação livre e responsável do homem.

Devemos notar que o pacto 'sinaítico' é bem diferente do pacto de Deus com seus pais. Em Gênesis, vemos um compromisso incondicional da parte de Deus. Em Êxodo, vemos um compromisso condicional: *[...] se atentamente ouvirdes a minha voz e guardardes o meu pacto, então sereis a minha possessão peculiar dentre todos os povos [...]* (Êx 19.5). A relação especial de Deus com Israel depende da obediência de Israel. Aqui se trata de um compromisso mútuo e condicional.

Como já vimos a história de Israel demonstra a incapacidade do homem em cumprir a vontade de Deus. Nem por bênção nem por castigo, Israel chega a ser um povo obediente que agrada a Deus. Isto implica que para ainda ser e continuar sendo o povo de Deus,

é necessária à ação soberana de Deus. Em Ezequiel 36.25-27, Deus indica seu propósito de tomar a iniciativa ainda na atual obediência do homem. Deus vai transformar o homem, limpando-o, lhe dando coração e espírito novo e colocando seu Espírito nele: *[...] farei que andeis nos meus estatutos[...].* Já não será um simples convite à obediência, mas que Deus mesmo fará o homem obediente.

A história de Israel demonstra que se for deixada nas mãos do homem sua própria salvação, o homem fracassará. Deus tem fazer tudo. Isto providencia a base da revelação do Novo Testamento.

Quando Deus envia seu Filho ao mundo, não é porque o homem mereça. Deus em Seu amor e em Sua soberania nos dá Seu Filho. Deus cumpre as promessas dadas no Antigo Testamento. Ele atua livremente, sem nenhuma obrigação com ninguém, mas por aquilo que Ele mesmo se comprometeu a fazer.

E além disto, o Novo Testamento mostra não somente que a vinda e ministério de Jesus indicam a soberania de Deus, mas a mesma apropriação da salvação pelos homens é determinada pela ação soberana de Deus. É este último ponto que chamamos eleição.

Todo o Antigo Testamento proclama o conceito da eleição. Vemos que Deus soberanamente escolheu determinadas pessoas para o cumprimento de seus propósitos. Deus escolheu Noé para salvar a humanidade no dilúvio. Deus escolheu Abrão para abençoar a todas as famílias da terra por meio dele. Deus escolheu Isaque (não a Ismael), Deus escolheu Jacó (não a Esaú), Deus escolheu Israel, a descendência de Abraão, Isaque e Jacó, e a nenhum outro povo. O Deus soberano mostra Sua soberania na eleição que não é fundamentada nos méritos ou nas boas qualidades do homem, mas que é "incondicional".

O Novo Testamento fala deste tipo de eleição em Efésios *Bendito seja o Deus e pai de nosso Senhor Jesus Cristo, o qual nos abençoou com todas as bênçãos espirituais nas regiões celestes em Cristo; como também nos elegeu nele antes da fundação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis diante dele em amor; e nos predestinou para sermos filhos de adoção por Jesus Cristo, para si mesmo, segundo o beneplácito de sua vontade* (Ef 1.3-5).

Também vemos este conceito em Romanos 8.28-30: *E sabemos que todas as coisas concorrem para o bem daqueles que amam a Deus, daqueles que são chamados segundo o seu propósito. Porque os que dantes conheceu, também os predestinou para serem conformes à imagem de seu Filho, a fim de que ele seja o primogênito entre muitos irmãos; e aos que predestinou, a estes também chamou; e aos que chamou, a estes também justificou; e aos que justificou, a estes também glorificou.*

Aqui se fala de uma eleição ou predestinação da parte de Deus, por meio da qual decidiu a salvação de certos homens. Os textos indicam claramente que esses "eleitos" ou "predestinados" também efetivamente se salvam. É importante notar que o termo 'chamar' usado aqui é diferente da maneira usada em Mateus 20.16, já que o chamado em Romanos 8.30 implica justamente ao de ser escolhido. Na teologia se faz uma distinção entre o 'chamado geral' e 'chamada eficaz'.[1] Romanos 8.30 corresponde a este, Mateus 20.16 ao outro.

Devemos observar o aspecto 'cristocêntrico' da eleição nas referências mencionadas, *nos elegeu nele*, isto é, em Cristo: *os predestinou para serem conformes à imagem de seu Filho, a fim de que ele seja o primogênito entre muitos irmãos; para sermos filhos de adoção por Jesus Cristo; nos abençoou com todas as bênçãos espirituais [...] em Cristo.*

A doutrina da eleição e predestinação poderia dar a impressão que a pessoa e o ministério de Cristo ficam num nível secundário. Nestes textos, vemos que o fundamento da eleição é Jesus Cristo: Deus nos escolheu n'Ele, Jesus Cristo, com o Pai e o Espírito Santo, é o Deus que elege. É "n'Ele" que fomos escolhidos. Ele é o propósito da eleição, já que fomos predestinados para ser conformes à sua imagem e para que Ele fosse o primogênito entre muitos irmãos. Ele é o meio pelo qual se cumpre a adoção dos eleitos, já que Deus nos predestinou para sermos adotados Seus filhos por meio de Jesus Cristo (somos *para o louvor da glória da sua graça, a qual nos deu gratuitamente no Amado; em quem temos redenção pelo seu sangue, a remisão dos nossos delitos, segundo as riquezas da sua graça* Ef 1.6,7). É nele que recebemos toda bênção, espiritual do Pai *o qual nos abençoou com todas as bênçãos espirituais nas regiões celestes em Cristo.*

A continuação do texto de Efésios 1 que mencionamos caracteriza-se por sua perspectiva fortemente cristocêntrica. O propósito de Deus que se revela em Jesus Cristo é o *de fazer convergir em Cristo todas as coisas* (1.10). *Nele, digo, no qual também fomos feitos herança, havendo sido predestinados conforme o propósito daquele que faz todas as coisas segundo o conselho de sua vontade* (1.11). O ministério do Espírito Santo está ligado diretamente a essa eleição, já que Ele é o *penhor da nossa herança.*

É bom corrigir neste ponto o conceito errado dos que pensam que o termo 'predestinação' refere-se a uma determinação da parte de Deus, por meio da qual decidiu tudo quanto acontece na história dos homens.[2] De acordo com os textos que temos mencionado, o termo 'predestinação' é usado como sinônimo da 'eleição'. O termo

refere-se exclusivamente à determinação que Deus tem tomado em Jesus Cristo de salvar alguns homens.

Os textos mencionados até agora são tomados dos escritos de Paulo. Devemos esclarecer que não é somente ele quem fala da eleição. No evangelho e nas epístolas de João, encontramos muitas referências a esta doutrina, resumidas nas palavras de Jesus *Vós não me escolhestes a mim, mas eu vos escolhi a vós* (Jo 15.16). Em Atos 13.48, Lucas fala desta doutrina quando diz: *e, creram todos quantos haviam sido destinados para a vida eterna.* Em 1 Pedro 1.2, o apóstolo se dirige aos que são *eleitos segundo a presciência de Deus Pai, na santificação do Espírito, para obediência e aspersão do sangue de Jesus Cristo.* Esta doutrina é encontrada, seja em afirmações explícitas seja em alusões indiretas, através de todo o Novo Testamento.

Alguns usam as duas referências sobre o conhecimento prévio de Deus em Romanos 8.29: *Porque os que dantes conheceu"* e em 1 Pedro 1.2: *Segundo a presciência de Deus Pai* como evidência que a eleição de Deus se fundamenta na decisão do homem, que Deus já conhece de antemão. Tais pessoas de fato estão dizendo que não há eleição, mas que Deus somente confirma a decisão e a ação do homem. Desta maneira, a salvação do homem depende do homem e não de Deus.[3]

Não é necessário aprofundar aqui com relação à deficiência teológica dessa perspectiva, já que ela é rejeitada pelo mesmo texto. A língua grega tem duas palavras que podem, sob determinadas condições, ser traduzidas como 'conhecer'. O primeiro é o termo *oid* que significa 'saber', 'ter a informação com relação a'. E o outro termo é *ginwsko*, que significa 'conhecer em forma experimental e pessoal'. Para apoiar a interpretação dos que dizem que a presciência de

Deus refere-se ao fato de que Deus sabe de antemão quem vai acreditar e vai ser salvo, é necessário o primeiro termo *oida* 'saber'. Mas, o termo que se utiliza nos dois casos é o termo *ginwsko*, 'conhecer em forma experimental e pessoal'. Desta forma, os textos não se referem que Deus sabia de antemão quem ia ser salvo, mas referem-se a um conhecimento pessoal que Deus tinha de nós, e por meio do qual já estávamos relacionados a Ele, antes que pudéssemos saber ou tomássemos a iniciativa. Este tipo de conhecimento está relacionado ao que diz João *Nisto está o amor: não em que nós tenhamos amado a Deus, mas em que ele nos amou a nós, e enviou seu filho como propiciação pelos nossos pecados* (1 Jo 4.10). Em outras partes, também vemos que o conhecimento prévio de Deus não implica que Ele não atue de acordo com a sua própria determinação soberana, por exemplo Atos 2.23 onde diz que Cristo foi *entregue pelo determinado conselho e presciência de Deus.*

Mais uma vez devemos insistir na responsabilidade do homem. A soberania de Deus ao escolher ao homem para, salvação não elimina, nem cessa sua responsabilidade. De um lado, devemos afirmar que o homem é salvo somente pela fé em Jesus Cristo. O mandamento de arrepender-se e crer no Senhor implica esta responsabilidade. A doutrina da eleição não nos deve levar a pensar: "não importa o que eu faço, pois a vontade de Deus será feita de qualquer maneira". Aqueles que pensam assim, de fato rejeitam a oferta da salvação em Jesus Cristo.

De outro lado, não é possível afirmar que os que se perdem, se perdem pela vontade de Deus,[4] já que a mesma predestinação deixa de fora determinado número de homens. A Bíblia fala com toda

clareza que o homem é responsável por não reconhecer a Deus, por não fazer Sua vontade, e por não aceitar a salvação em Jesus Cristo. A Bíblia não nos permite resolver a aparente contradição, nem por dizer Deus é responsável tanto pela salvação de uns pela perdição de outros, nem quanto dizer que na realidade tudo, inclusive a mesma predestinação, depende do que o homem faz. Talvez vem ao caso aqui o que Paulo diz em Romanos 9.19-24.

[1] João Calvino, *Institucîon* Tomo II, Lib. III, cap. 24, Secc. 8 (p 770, 771).

[2] John Wesley, *Predestination*, cap. 37 em A.C. Outler, op. cit (veja nota 1) p. 442.

[3] John Wesley, *Predestination*, cap. 17, 18 em A.C. Outler, op. cit (veja nota 1) p. 433.

[4] Precisamos observar que Calvino neste ponto parece colocar a causa da perdição no decreto de reprovação por meio do qual Deus desde a eternidade determinou os que ficam excluídos da salvação. Nas *Institutas* Liv. III, cap. 23. Seção 1 (op. cit. p. 947) põe como fundamento dessa reprovação à vontade de Deus. A seção 3 do mesmo capítulo afirma que o homem merece estar reprovado, mas sem dizer que a maldade do homem é a causa de sua reprovação.

O sínodo de Dort distancia-se um pouco da posição de Calvino ao dizer: "a causa da culpa dessa incredulidade, bem como a dos demais pecados, não está de nenhuma maneira em Deus, mas sim no homem". "... àqueles, que segundo seu justo juízo, não são eleitos, os abandona a sua maldade e obstinação". (Cânones, op. cit, p. 18). O mesmo Sínodo de Dort rejeita e aborrece de todo coração a posição que afirma que a "reprovação é causa da incredulidade e impiedade de igual maneira que a eleição é fonte e causa da fé e das boas obras" (Cânones, p. 61).

Parece que a Bíblia, com ênfase maior e clareza do que encontramos em Calvino e no Sínodo de Dort, deixa ver que a causa da perdição dos "reprovados" é sua própria maldade e incredulidade.

[capítulo 3]

O poder da cruz e a redenção do povo de Deus

A. Os meios da salvação

1. O meio objetivo: a cruz

Em Romanos 5.6-10 lemos: *Pois, quando ainda éramos fracos, Cristo morreu a seu tempo pelos ímpios. Porque dificilmente haverá quem morra por um justo; pois poderá ser que pelo homem bondoso alguém ouse morrer. Mas Deus dá prova do seu amor para conosco, em que, quando éramos ainda pecadores, Cristo morreu por nós. Logo muito mais, sendo agora justificados pelo seu sangue, seremos por ele salvos da ira. Porque se nós, quando éramos inimigos, fomos reconciliados com Deus pela morte de seu Filho, muito mais, estando já reconciliados, seremos salvos pela sua vida".*

Aqui temos de maneira resumida o ensino do Novo Testamento com respeito ao significado da morte de Cristo. Ele morreu por nós,

tomou nosso lugar como se fosse pecador, e recebeu em Seu corpo o castigo que merecíamos.

O Novo Testamento utiliza conceitos diferentes e imagens para indicar o significado da cruz. Devemos demorar um pouco nestas imagens para entender melhor o significado da cruz.

Nesta mesma passagem, vemos o conceito de satisfação. Este conceito se expressa pelo termo 'expiação'. Com este termo entende-se que o pecado do homem constitui uma ofensa contra Deus e que essa ofensa exige um castigo correspondente, para que a ofensa seja cancelada. O mesmo conceito forma a base do sistema judicial contemporâneo que vê o crime como um dano, uma ofensa, pela qual a pessoa tem de pagar uma pena como conseqüência. De acordo com o que a Bíblia diz, nós somos os homens que temos ofendido a Deus ou agido contra Ele por não reconhecê-lO nem adorá-lO e por desobedecer à Sua vontade. Por causa desse pecado, merecemos o castigo, inclusive merecemos castigo de morte. Mas Cristo veio e recebeu o nosso castigo na sua Pessoa, desta maneira satisfazendo por nós e cancelando a 'dívida penal' que tínhamos. Ele deu Sua vida no lugar da nossa vida.

Em outra parte, encontramos o conceito de sacrifício, como diz Hebreus 10.11-14 *Ora, todo sacerdote se apresenta dia após dia, ministrando e oferecendo muitas vezes os mesmos sacrifícios, que nunca podem tirar pecados; mas este, havendo oferecido um único sacrifício pelos pecados, assentou-se para sempre à direita de Deus, daí por diante esperando, até que seus inimigos sejam postos por escabelo de seus pés. Pois com uma só oferta tem aperfeiçoado para sempre os que estão sendo santificados.*

Ali, a morte de Cristo é vista também como um sacrifício. Este conceito é expresso pelo termo 'propiciação'. Um sacrifício é uma oferta de acordo e em cumprimento ao que Deus ordena. O sacrifício deve ser uma vítima perfeita, sem mancha. O sacrifício tem como propósito agradar ou aplacar a ira de Deus, e ser aceito por Ele. Desta maneira, o conceito de sacrifício dá a idéia de algo que se oferece a Deus de acordo com sua própria vontade, de algo perfeito (sem mancha) e de algo que obtém o favor de Deus.

Tanto o conceito de satisfação quanto o conceito de sacrifício dão ênfase maior ao sangue de Jesus. No Antigo Testamento, é explicada a importância do sangue, ao dizer que o sangue é a vida do homem do animal (Gênesis 9.4). Assim, entende-se que é a vida da vítima que faz a expiação pela vida do homem (Levítico 17.11). Esta necessidade de fazer expiação por meio de uma vida é esclarecida quando entendemos melhor o conceito de 'pacto' no Antigo Testamento.

No Antigo Testamento um pacto é um compromisso mútuo, por meio do qual duas pessoas se colocam sob determinadas obrigações. Sem aprofundar-se nem entrar em detalhes, podemos afirmar que um pacto é um juramento, por meio do qual duas pessoas ou partes juram cumprir determinado compromisso e se tornam culpadas de morte caso não o cumpram. Trata-se de um compromisso que se não for cumprido o castigo será a morte. Algumas vezes, de maneira excepcional, vemos um pacto em que apenas uma das partes se compromete. Desta maneira, vemos em Gênesis 9 somente Deus se comprometendo, por meio do pacto, de maneira incondicional, com Noé e com todo ser vivente. No pacto de Gênesis 15, também

Deus se compromete, de maneira incondicional, a dar descendência a Abrão e cumprir assim a promessa que lhe tinha dado.

A parte importante de um pacto é que a pessoa compromete sua própria vida ao entrar no pacto. Não cumprí-lo implica perder a vida. Em Êxodo, encontramos este tipo de pacto entre Deus e Israel. Deus se comprometeu a ser o Deus desse povo. Israel se comprometeu a cumprir todos os mandamentos que Deus deu no pacto. É um pacto, não um código penal; por conseguinte, não cumprí-lo implica determinadas penas gradativas, de acordo com a gravidade do pecado, tendo apenas uma pena possível: a morte. E por esta causa não poderia haver expiação pelo pecado a não ser por meio do derramamento de sangue. É necessário oferecer vida para fazer expiação pela vida de outrem.

Como conseqüência disto, percebemos que o sangue também tem uma função santificadora. Em Hebreus 10.29, é dito do 'sangue do pacto' (se referindo às palavras de Jesus na última ceia) 'no qual foi santificado'. O conceito de santificação está relacionado diretamente a estar na presença de Deus. Já que Deus é santo, não podemos estar diante dele sem primeiro nos santificar. Assim é visto em Êxodo 19.10, onde o povo deve santificar-se antes que Jeová desça sobre o monte Sinai. Também podemos ver isto nas instruções para a consagração dos sacerdotes, a purificação dos utensílios do tabernáculo etc. Por meio da santificação com sangue podemos entrar na presença de Deus. Desta maneira, a morte de Cristo, e o derramamento do Seu sangue, o sangue do pacto, nos abrem o caminho à presença de Deus.

No Novo Testamento também se fala de *[...] a redenção que há em Cristo Jesus* (Rm 3.24). O conceito de redenção no Antigo Testamento

contém a idéia de resgate. Entretanto, é mais utilizado no sentido do resgate de uma propriedade que fora vendida por pressões econômicas. No Antigo Testamento, qualquer propriedade pertencia perpetuamente. à família Não se podia comprar, nem vender qualquer terreno de novo, para restaurá-lo à família. Essa compra era um resgate, uma redenção da propriedade, e só podia ser feita por alguém da família daquele que tinha vendido a terra.

O conceito de redenção no Antigo Testamento nos deixa ver aspectos importantes na morte de Cristo. Quando Deus salva o homem, está redimindo, resgatando, o que é seu de direito. Da mesma maneira como o povo de Israel no livro de Êxodo tinha caído em mãos alheias e fora redimido por Deus por ser sua propriedade, da mesma forma no Novo Testamento o homem que tinha caído nas mãos de Satanás e do pecado, é redimido por seu Criador, a quem pertence de direito. Além disto, o conceito de redenção implica um preço. O redentor terá de comprar de novo a propriedade que é de sua família. Na pessoa de Jesus Cristo, Deus pagou o mais alto preço possível para a redenção do homem. Por último, a redenção implica um relacionamento de família. Somente o parente é quem poderia redimir. Em Êxodo, esse relacionamento familiar que forma a base da redenção é explícito *[...] Israel é meu filho, meu primogênito* (Êx 4.22). No Novo Testamento, vemos esse relacionamento familiar em parte na adoção dos crentes como filhos de Deus (João 1.12; Efésios 1.5) e em parte, de forma coletiva, na Igreja como noiva de Cristo (Efésios 5.25-32).

Demoramos um pouco nestas imagens da obra de Cristo (e há outras que poderiam ser mencionadas) pelas implicações com relação à eficácia da cruz. De acordo com essas imagens a cruz consegue um

objetivo específico sobre determinadas pessoas. Aqui não entramos na questão de quais são essas pessoas, mas se devemos mencionar que a cruz consegue satisfação por alguém; que é um sacrifício para fazer propiciação por alguém; que representa uma vida dada pela vida de alguém; que santifica alguém; que redime alguém.

Parece que esta perspectiva não admite a interpretação que diz que a cruz 'faz possível' a satisfação, ou a expiação, ou a propiciação, ou santificação, ou a redenção. O quadro bíblico é que a cruz é eficaz. A cruz é a satisfação, propiciação etc. Não é que apenas pode ser ou poderia ser, mas sim de fato é.

2. O meio subjetivo: a fé

Ao falar dos meios da salvação, podemos citar de vários aspectos que são, em alguma medida, os meios da salvação. Poderíamos mencionar a pregação como meio muito importante da salvação *[...] e como crerão naquele de quem não ouviram falar? e como ouvirão, se não há quem pregue?* (Rm 10.14). Aqui nos limitamos a falar da fé, por ser a apropriação subjetiva da salvação.

Pelo contraste que o mesmo apóstolo Paulo faz e que chegou a ser o resumo da teologia protestante, a justificação não é pelas obras, mas pela fé, muitos olham para a fé como um equivalente 'às obras'. No lugar de fazer obras, temos fé e assim como antigamente, as obras podiam obter para nós a salvação, desta maneira agora a fé nos consegue a salvação. Onde anteriormente havia muitas obrigações a serem cumpridas para assim alcançar a salvação, agora as obrigações se reduzem a uma só, a fé. A fé se vê como obra — com certeza, uma obra mais fácil que as boas obras e os mandamentos do Antigo Testamento, contudo, uma obra.

A melhor refutação desta perspectiva (que é equivocada com relação ao ensino do Novo Testamento, bem como do Antigo Testamento) encontra-se em Romanos 4, onde é tratada a justificação de Abraão. Paulo mostra a diferença entre as obras e a fé ao afirmar: *Ora, ao que trabalha não se lhe conta a recompensa como dádiva, mas sim como dívida; porém ao que não trabalha, mas crê naquele que justifica o ímpio, a sua fé lhe é contada como justiça* (4.4,5). Se a fé é considerada como uma obra, como uma condição que o homem tem de cumprir, vai cair na mesma condenação que Paulo faz das obras: *Ora, ao que trabalha não se lhe conta a recompensa como dádiva, mas sim como dívida [...]*, porque se a pessoa crê, cumpre-se com a condição que Deus lhe colocou, Deus lhe deve a salvação, como dívida e não como graça. Para Paulo a mesma natureza da fé exclui a possibilidade de condição de dívida, como vemos mais adiante *Porquanto procede da fé o ser herdeiro, para que seja segundo a graça [...]* (4.16).

Os termos 'fé' e 'crer': *pisti* e *pisteuw* são traduzidos corretamente como 'confiança' e 'confiar'. A pessoa que crê põe sua fé, sua confiança, em algo. Assim, o termo implica um deixar de fazer, deixar de se esforçar, descansar em outra coisa, confiar em algo que está fora de nós mesmos. Enquanto as obras apontam em direção à pessoa que as faz e as cumpre, a fé, por sua própria natureza, aponta em direção ao objeto da fé, a coisa ou a pessoa na qual se confia.

Desta maneira, a 'justificação pela fé' na realidade não é um paralelo da frase 'justificação pelas obras'. O Novo Testamento ensina que no lugar de sermos justificados pela obras, somos justificados pela obra de Cristo. O que salva o homem não é sua fé, mas sim a obra de Cristo. A fé não é somente confiar na obra de Cristo. Para tornar o contraste ainda mais claro, podemos dizer que não somos

justificados por confiar em nossas próprias obras, mas somos justificados por confiar na obra de Cristo. A perspectiva que Paulo condena em suas epístolas, especialmente em Romanos e em Gálatas, é a que confia nas obras da lei para salvar-se. O que Paulo apresenta como alternativa é que o homem confie na obra de Cristo para salvar-se. Então vemos que o objeto da fé é a obra de Cristo, é o poder da cruz.

Por conseguinte, temos um paradoxo curioso com respeito à fé. A fé é por natureza própria uma abdicação, um abandono, um descanso, e se apresenta ao mesmo tempo como uma responsabilidade, como um meio necessário para que o homem se aproprie da salvação.

Em Romanos 4.16, Paulo nos diz que a salvação pela fé significa a salvação pela graça, como dom gratuito, incondicional, de Deus. Mas, quando o carcereiro de Filipos lhe pergunta: *[...] que me é necessário fazer para me salvar?* Paulo responde: *Crê no Senhor Jesus e serás salvo [...].* Da mesma maneira lemos em Marcos 16.16 *Quem crer e for batizado será salvo; mas quem não crer será condenado.*

Raras vezes o verbo "crer" é utilizado como um mandamento no Novo Testamento, e já temos visto que a mesma natureza da fé implica receber, mais que fazer. Contudo, a fé se apresenta como algo imprescindível para a salvação. Mesmo que a fé não seja parte eficaz de nossa salvação, e ainda que não nos salvemos por crer, a fé é, sim, uma apropriação necessária para que a obra de Cristo na cruz seja eficaz a nós.

Na cruz vemos, de maneira mais clara, a ação soberana de Deus para conseguir nossa salvação. Na exigência da fé, vemos a responsabilidade do homem com relação à apropriação da salvação. No

capítulo seguinte, aprofundaremos mais com relação à natureza da fé. Por enquanto, o que interessa é a pergunta: Por quem morreu Cristo na cruz?

B. A redenção do povo de Deus

A lógica do nosso argumento nos levaria a dizer que Cristo morreu pelos eleitos. Se já sabemos que nenhum homem pode salvar-se nem buscar a Deus, nem agradá-lO, pelo seu próprio esforço; se já sabemos que Deus elegeu antes da fundação do mundo os que serão salvos por meio de Jesus Cristo, é lógico pensar que Cristo morreu somente pelos eleitos.

Os que rejeitam esta perspectiva dizem que o texto bíblico afirma que Cristo morreu por todos os homens. Eles citam textos como 1 João 2.2: *E ele é a propiciação pelos nossos pecados, e não somente pelos nossos, mas também pelos de todo o mundo* e argumentam que a salvação e a redenção em Cristo é algo potencial, é salvação em potência, até que a pessoa, pela fé o faça eficaz à sua vida. A cruz não obtém a salvação de maneira eficaz, mas em potência. Objetivamente, a cruz não dá a salvação, mas apenas a possibilidade da salvação. É a fé da pessoa que torna essa possibilidade eficaz.

A seguir, daremos as razões bíblicas pelas quais pensamos que esta perspectiva está equivocada, porém devemos dizer que esta exegese de 1 João 2.2 e de outros textos que enfatizam a universalidade da salvação produz mais problemas que os resolve. Esta exegese logicamente implica que os pecados de todo o mundo são cancelados e, por conseguinte, todo o mundo será salvo. Claro que não se quer afirmar tal coisa e é assim que chegamos à perspectiva de que a cruz de Cristo salva apenas potencialmente.

A mesma exegese leva a problemas quando olhamos textos como Romanos 5.18: *Portanto, assim como por uma só ofensa veio o juízo sobre todos os homens para condenação, assim também por um só ato de justiça veio a graça sobre todos os homens para justificação e vida*", onde teríamos de concluir que todos os homens se salvam, e Romanos 11.32: *Porque Deus encerrou a todos debaixo da desobediência, a fim de usar de misericórdia para com todos*, onde deveríamos concluir que Deus, na sua misericórdia, salva a todos os homens.

Estes textos não implicam tanto a salvação universal de todos os homens, ao contrário, indicam o alcance universal da salvação. Esta forma de falar surge do contraste entre a economia (dispensação) do Antigo Testamento em que a salvação e a atuação de Deus se limitavam ao povo de Israel, e a economia (dispensação) do Novo Testamento onde a salvação e a atuação de Deus têm um alcance universal, onde Deus salva *[...] uma grande multidão, que ninguém podia contar, de todas as nações, tribos, povos e línguas* (Ap 7.9). Observando este contraste, podemos dizer que a justiça e a misericórdia de Deus, e a propiciação pelos pecados, já não são apenas para o povo de Israel, mas para todos os homens.

Se assumimos literalmente a utilização do termo "todos" em textos, por exemplo, 2 Coríntios 5.14,15 *[...] se um morreu por todos, logo todos morreram; e ele morreu por todos, para os que vivem não vivam mais para si, mas para aquele que por eles morreu e ressuscitou*, devemos dizer que seria injusto da parte de Deus condenar alguns desses homens ao inferno. Deus estaria cobrando duas vezes a pena pelo seu pecado, cobrando-a de Cristo na cruz, e depois a cobrando do próprio pecador ao condená-lo ao inferno. Sendo o propósito

dos defensores do livre-arbítrio, que rejeitam a doutrina da eleição, salvaguardar a justiça de Deus, este conceito não pode ser nada satisfatório a eles.

Além destas considerações que até agora surgem logicamente do nosso argumento, também devemos considerar a evidência bíblica que apóia a perspectiva de que Cristo morreu somente pelos eleitos.

1. A relação entre o Antigo e o Novo Testamento é a relação entre preparação e cumprimento, entre sombra e realidade. No Antigo Testamento, Deus se dá a conhecer em uma forma que prepara o caminho para e ao mesmo tempo antecipa a revelação no Novo Testamento. Os conceitos de pacto, sacrifício, expiação, santificação etc. que se encontram no Antigo Testamento, providenciam o pano de fundo e o significado básico da obra de Cristo no Novo Testamento. O princípio também é válido com respeito à mesma salvação. No Antigo Testamento, Deus escolheu um povo, quando chama Abraão, e depois salva esse povo que tem escolhido. Esta mesma terminologia, com relação à salvação do povo escolhido, é encontrada no Novo Testamento, por exemplo em 1 Pedro 2.9: *Mas vós sois a geração eleita, o sacerdócio real, a nação santa, o povo adquirido[...].* Uma comparação desse texto com Êxodo 19.5,6 mostra o paralelismo entre a salvação no Antigo Testamento e no Novo

Testamento. Assim, se perguntarmos, quais são os beneficiários da obra de Cristo, devemos dizer que é o povo escolhido por Deus. Deus redime Seu povo.

2. Com isto, devemos enfatizar que o Novo Testamento, em diversas ocasiões, fala da eleição de Deus e dá a entender que a justificação e a obra de Cristo são especificamente aos eleitos. Desta maneira em Efésios 1.4,5: *como também nos elegeu nele antes da fundação do mundo, [...] em amor; nos predestinou para sermos filhos de adoção por Jesus Cristo [...].* Este texto deixa bem claro não somente o fato da predestinação, mas também que a predestinação terá de ser eficaz *por meio de Jesus Cristo.* Vemos o mesmo em Romanos 8.30: *E aos que predestinou, a estes também chamou; e aos que chamou, a estes também justificou; e aos que justificou, a estes também glorificou.* Deus justificou (por meio de Cristo) os que são predestinados. Da mesma forma lemos em João 10.14,15: *Eu sou o bom pastor; conheço as minhas ovelhas, e elas me conhecem, assim como o Pai me conhece e eu conheço o Pai; e dou a minha vida pelas ovelhas.* A morte de Cristo é por Suas ovelhas (cf. Efésios 5.25: Cristo se entregou pela igreja).

3. Ao mesmo tempo, podemos perceber a forma na qual o Novo Testamento fala da morte de Cristo como algo feito *por nós.* Este modo de falar é encontrado claramente em Efésios 1. Também podemos encontrá-lo em Romanos 5.6: *Pois, quando ainda éramos fracos, Cristo*

morreu a seu tempo pelos ímpios. Aqui temos a impressão que a morte de Cristo era em favor de todos os ímpios, mas a seguir vemos que não é assim: *Porque dificilmente haverá quem morra por um justo; pois poderá ser que pelo homem bondoso alguém ouse morrer. Mas Deus prova do seu amor para conosco em que, quando éramos ainda pecadores, Cristo morreu por nós.* (7,8). Isto corresponde à linguagem natural do Novo Testamento, quando se fala da perspectiva dos cristãos e ao falar que a obra de Cristo foi "por nós".

4. O que Romanos 5 diz a seguir confirma o que foi dito na primeira parte deste livro sobre a eficácia da cruz. Romanos 5.10 diz: *Porque se nós, quando éramos inimigos, fomos reconciliados com Deus pela morte de seu filho, muito mais, estando já reconciliados, seremos salvos pela sua vida.* Isto implica em que não fomos reconciliados com Deus, desde apenas o momento em que nós cremos em Jesus Cristo, mas que fomos reconciliados, quando ainda éramos inimigos de Deus, pela morte de Cristo. A cruz em si é eficaz para nos salvar. Já vimos que todas as imagens utilizadas para falar do significado da cruz — satisfação, santificação, sacrifício, redenção — implicam efetivamente que a cruz consegue todas estas coisas. Diante disto, é um pouco difícil afirmar que a obra de Cristo somente torna possível a reconciliação e a salvação, e que sua eficácia depende de quantos decidem crer n'Ele.

À luz desta evidência bíblica, nos parece justo dizer que Cristo morreu pelos que se salvam. Esta última categoria pode ser chamada de 'os eleitos', 'os crentes', 'os predestinados', 'os que hão de crer' etc. Todos estes termos têm o mesmo sentido.

Aqui enfatizamos a eficácia e o poder da cruz. A razão é que muitas pessoas, ao considerar a doutrina da eleição, com sua implicação de que somente os eleitos se salvam, começam a duvidar se fazem parte do número de eleitos. Essas pessoas cometem um grave erro. Não lhes corresponde analisar e entender os desígnios de Deus. A Bíblia não convida a colocar sua fé na eleição de Deus, mas na pessoa e obra de Cristo. A pessoa que quer ser salva tem de olhar para Cristo e perceber que na cruz de Cristo o preço da sua salvação está pago. Calvino diz,[1] Cristo é o espelho no qual contemplamos nossa própria eleição. Devemos olhar para Cristo, para ter a certeza da nossa salvação.

Questões como estas serão abordadas a seguir. Agora devemos olhar a natureza da graça de Deus.

[1] João Calvino, *Institución* Tomo II, Lib. III, cap. 24, Secc. 5 (p. 767).

[capítulo 4]

A graça de Deus

Depois do que foi dito, a pergunta com relação à operação da graça de Deus é mais importante ainda.

Vimos que o fundamento da redenção é a cruz de Cristo; que a obra de Cristo na cruz redime os eleitos; e que essa redenção é apropriada pela fé, e é ao mesmo tempo uma aceitação passiva e uma responsabilidade.

Lemos em Efésios 2.8,9: *Porque pela graça sois salvos, por meio da fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus; não vem das obras, para que ninguém se glorie.* Aqui é dito que a salvação é pela graça, quer dizer que é um dom gratuito, imerecido de Deus. Essa graça opera por meio da fé, de tal maneira que a fé é o instrumento por intermédio do qual a graça opera para nos salvar. Para enfatizar o fato que essa salvação é um dom, é dito que desde o começo somos salvos

'pela graça', que essa salvação não provém de nós, que é um dom de Deus, que não é pelas obras, isto é, não pelo que o homem faz, e que não dá espaço à vanglória: *para que ninguém se glorie.*

Como vimos a dificuldade é que muitos consideram a fé como uma obra, uma condiçãoa qual o homem deve cumprir para ser salvo. Visto desta perspectiva, o texto de Efésios 2.8,9 soa estranho. Neste texto Paulo enfatiza cinco vezes: *pela graça — não de vós - é dom de Deus — não das obras — para que ninguém se glorie.* Na verdade, não é o homem e sim Deus quem é responsável pela nossa salvação.

Agora devemos nos aprofundar mais com relação ao relacionamento entre a fé e a graça de Deus. Podemos ser guiados pela pergunta: De onde vem a fé? Se for certo que o homem se apropria da salvação por sua fé em Jesus Cristo, qual é a fonte dessa fé?

Por causa do que já foi dito sobre o problema do homem, seria muito surpreendente verificar que o homem mesmo fosse capaz de ter fé em Deus. Se aceitarmos o veredicto de Paulo em Romanos 3.10,11: *Não há justo, nem sequer um. Não há quem entenda; não há quem busque a Deus,* é difícil crer que o homem por si só possa reconhecer sua necessidade de salvação e colocar sua fé em Jesus Cristo para a salvação. A natureza do homem se opõe a Deus. Quando nos é dito no evangelho de João: *E o julgamento é este: A luz veio ao mundo, e os homens amaram antes as trevas que a luz, porque as suas obras eram más* (Jo 3.19), não se fala apenas dos que não são crentes, mas se fala de uma condenação universal. O mundo por natureza rejeita Deus e rejeita o evangelho.

Além disto, vemos vários textos bíblicos que indicam que a fé é algo que se recebe. A resposta do pai do rapaz endemoninhado é conhecida em Marcos 9.24, *Creio! Ajuda a minha incredulidade.* Em Lucas 17.5, os discípulos pedem a Jesus: *Aumenta-nos a fé.* Em Lucas 22.32, Jesus diz a Pedro: *mas eu roguei por ti, para que tua fé não desfaleça.* Esses textos dão a idéia de que a fé é algo que o Senhor concede ou aumenta.

Cabe destacar que também se fala da fé como um dom do Espírito Santo em 1 Coríntios 12.9 e como fruto do Espírito em Gálatas 5.22. É necessário lembrar o que já foi visto anteriormente, que a história do Antigo Testamento é uma demonstração do pecado do homem e a sua incapacidade em obedecer a Deus por seu próprio esforço. É justamente por esta razão que os profetas falam que Deus vai derramar Seu Espírito (Is 44.3). Deus vai colocar a Sua lei na mente e escrevê-la no coração (Jr 31.33). *Porei a minha lei no seu interior, e a escreverei no seu coração [...]* (Ez 36.27). É ali, no Antigo Testamento, que encontramos a clara noção que o homem não é capaz de responder a Deus em forma positiva. Assim o profeta Jeremias põe estas palavras na boca de Efraim *restaura-me, para que eu seja restaurado* (Jr 31.18). Para poder converter-se, retornar a Deus, e ouvir a Sua voz, o homem necessita que Deus mesmo pelo Espírito Santo opere em seu coração.

Há vários textos no Novo Testamento que mostram claramente que a fé é obra de Deus no coração do homem. Paulo em Efésios 1.19 fala de *os que cremos, segundo a operação da força do seu poder.* Em Filipenses 1.29 o mesmo Paulo diz: *pois vos foi concedido, por amor de Cristo, não somente o crer nele, mas também o padecer por ele.*

Este versículo indica com toda clareza que a fé é algo que nos é concedido, algo que recebemos, que não tem sua fonte e origem dentro de nossa própria natureza humana decaída.

Devemos advertir que aqui nos encontramos no ponto nevrálgico de nosso estudo. Como é que se relaciona a soberania de Deus com a responsabilidade do homem neste assunto da fé?

De um lado, vemos nos textos mencionados que a fé é um produto da operação do Espírito na vida do homem. A fé não surge do homem mesmo, mas 'lhe é concedida'.

De outro lado, é bem evidente que crer é se apresentar com responsabilidade. Já mencionamos o texto de Marcos 16.16 *Quem crer e for batizado será salvo; mas quem não crer será condenado.* Da mesma maneira lemos em João 3.18 *Quem crê nele não é julgado; mas quem não crê, já está julgado; porquanto não crê no nome do unigênito filho de Deus.* A pessoa que não crê em Cristo é condenada por não crer. A fé é uma responsabilidade.

A Bíblia não resolve esta aparente contradição; ao contrário, a enfatiza. Em Filipenses 2.12,13, encontramos os dois aspectos em justaposição: *efetuai a vossa salvação com temor e tremor; porque Deus é o que opera em vós tanto o querer como o efetuar, segundo a sua boa vontade.* Na primeira parte, Paulo exorta filipenses a se esforçar com relação à sua salvação, colocando toda a responsabilidade sobre eles, e na segunda parte afirma que todo o esforço deles, tanto o querer quanto o realizar, é produto da atividade de Deus que faz todas as coisas segundo Sua vontade. O homem terá trabalhar e se esforçar como se tudo dependesse dele, sabendo que tudo depende de Deus e é obra dele.

Na história da Igreja, pode ser visto que tem se mostrado difícil para os cristãos manter o equilíbrio entre estas duas coisas. De um lado, tem havido teólogos, como Zwinglio, que deram muita ênfase à soberania de Deus. Zwinglio afirmou que já que o homem era salvo pela escolha soberana e pela graça de Deus, era possível também ser salvo sem ter crido em Jesus Cristo.[1]

De outro lado, houve teólogos que deram muita ênfase à responsabilidade do homem, ainda que sem negar por completo a graça de Deus. Desta maneira, a Igreja Católica Romana, os arminianos e os wesleyanos introduziram o conceito que o homem pode resistir à graça divina, especialmente a chamada 'graça previdente'. Devemos examinar resumidamente estes conceitos à luz da Bíblia.

O conceito de Zwinglio, de que os eleitos podem ser salvos mesmo sem ter fé, parece ir contra o texto em Efésios 2.8 *Porque pela graça sois salvos, por meio da fé [...].* Alí nos dá a entender que a graça, sim, é a causa da nossa salvação, mas que a fé é o meio pelo qual opera a graça. Isto é confirmado por aquilo que lemos em Efésios 1.19 *os que cremos, segundo a operação da força do seu poder.* Baseados nestes textos, parece que não é correto fazer uma distinção entre eleição e fé. Estas duas coisas estão unidas.

Com relação a este ponto, é próprio observar que não se deve exagerar a parte da fé na salvação. A causa eficaz de nossa salvação é a cruz de Cristo. Somos salvos por Cristo. N'Ele fomos predestinados (Ef 1.4,5), por meio d'Ele somos adotados filhos de Deus (Ef 1.5), n'Ele temos redenção, pelo Seu sangue, o perdão de pecados (Ef 1.7). Uma ênfase exagerada na fé como a "condição" de nossa salvação nos coloca no perigo de enxergar a fé como uma

obra necessária. O fundamento da salvação não é a fé, mas é o mesmo Cristo, quem afirmou: *[...] ninguém vem ao pai, senão por mim* (Jo 14.6). Fora de Cristo não há salvação.

Com relação à fé, é possível afirmar, de modo negativo, que aqueles que rejeitam crer em Cristo, definitivamente estão condenados *mas quem não crê, já está julgado; porquanto não crê no nome do unigênito Filho de Deus* (Jo 3.18).

O conceito de "graça previdente" que encontramos na Igreja Católico Romana,[2] em Jacob Armínio[3] e em João Wesley[4] afirma que o homem se salva pela graça de Deus, mas que essa graça, que começa, promove e acaba a obra da salvação, pode ser resistida pelo homem. O termo "graça previdente" tem diferentes significados, de acordo como teólogo que o utilize.

No debate entre Agostinho e Pelagio, parece que os dois utilizavam o termo. Para Agostinho, significava a graça salvadora que opera no homem mesmo antes da sua regeneração, para fazer que queira ser salvo.[5] Parece que para Pelagio essa graça previdente era praticamente a mesma coisa que livre-arbítrio,[6] que Deus tinha dado a todos os homens e por meio do qual o homem pode obedecer à vontade de Deus.

Tanto o Concílio de Trento quanto Jacob Armínio se identificam mais com Agostinho, mas afirmam que esta graça não é irresistível. É possível para o homem ir contra essa graça. O homem se salva quando permite que a graça opere nele.

João Wesley fala da graça em termos semelhantes, dizendo que a salvação é pela da graça de Deus, mas que o homem pode resistir a essa graça. Ao mesmo tempo, identifica a graça previdente

ou "preventiva" com a consciência do homem. Daí tem se dado o conceito de que a graça de Deus opera de igual maneira sobre todos os homens, mas apenas são salvos os que não resistem à graça. Também tem se identificado a graça como uma capacidade da parte do homem para responder de forma positiva ou negativa ao evangelho.

Tanto para Armínio quanto para Wesley, este argumento era importante para salvaguardar o livre-arbítrio e a justiça de Deus. Se a graça de Deus opera no homem de maneira irresistível, então o homem se salva "à força". Se o homem é salvo desta maneira "à força", então os que não se salvam não podem ser culpados pela sua perdição, já que nem sequer lhes fora possível se salvar.

Os textos que já estudamos (por exemplo Efésios 1.19; 2.8,9; Filipenses 1.29; 2.12,13) parecem indicar que nossa salvação se faz diretamente pela graça de Deus. Se dissermos que se realiza apenas quando não resistimos à graça de Deus, outra vez estamos dizendo que a responsabilidade pela nossa salvação em última análise é nossa, ainda que de forma negativa. A diferença entre o que se salva e o que não se salva não é a graça de Deus, senão a ação do próprio homem.

Os metodistas e arminianos afirmariam que se trata de um elemento muito pequeno na salvação. O 'não resistir' do homem que se salva é muito insignificante, se comparado à obra da graça que opera. Porém, este 'não resistir' do homem, tem mais importância quando percebemos que ali está toda a diferença entre salvação e a perdição. Além disto, os arminianos e metodistas dizem que é possível ao homem perder a salvação. Isto quer dizer que o 'não resistir'

é uma ação que pode ser permanente na vida do homem, uma ação que em todo momento implica vida ou perdição para o homem. Já que não resulta ser um elemento tão 'pequeno'.

Talvez exageramos o assunto, mas queremos enfatizar que o fator decisivo na salvação chega a ser a ação, e a atitude do homem. A diferença entre o que se salva e o que se perde, não é a graça de Deus, senão a ação do homem. Parece difícil conciliar isto com nosso texto de Efésios 2.8,9.

Tanto no argumento de Armínio quanto no de Wesley, o livre-arbítrio tem um papel importante. Este conceito do livre-arbítrio é um conceito que não encontramos na Bíblia. Lá vemos que a liberdade é mais o resultado da salvação (Jo 8.32,36) no lugar de pertencer à condição natural do homem decaído. O que podemos ver na Bíblia (e é ali que tanto Armínio quanto Wesley deduzem o livre-arbítrio) é que o homem é responsável. É verdade que o homem é responsável diante das demandas de sua consciência, diante dos mandamentos da lei de Deus e diante do convite do evangelho. O que não é evidente é que todo homem pode responder positiva ou negativamente ao convite do evangelho e que essa resposta depende do livre-arbítrio do homem.

Mais uma vez, afirmamos a impossibilidade de reconciliar os diferentes conceitos bíblicos em um sistema lógico. De um lado temos visto claramente que a salvação é pela graça, que Deus pelo seu Espírito dá fé ao homem e que a salvação de nenhuma maneira é devida ao homem. De outro lado, é ordenado ao homem que arrependa e creia no evangelho, e deixa bem claro que se o homem se perde por não ter crido no evangelho. Temos de afirmar as duas coisas, por

mais que pareçam irreconciliáveis, porque se negamos a primeira parte (a graça irresistível) a salvação chega a ser condicional, e se negamos a segunda parte (a responsabilidade do homem) Deus se torna a causa da perdição daqueles que não aceitam o evangelho.

Também temos de observar o perigo contra o qual Armínio e Wesley fazem advertências. Para eles, a doutrina da graça irresistível leva de maneira inevitável, à complacência, ou seja, ao desespero. Alguns podem dizer que não vão se preocupar pela salvação, porque se é da vontade de Deus salvá-los, Deus vai salvá-los de qualquer maneira. Outros dirão que suas dúvidas e problemas indicam que Deus não está operando neles pela sua graça e se desesperam por não estarem entre os eleitos de Deus.

Observamos, anteriormente, que o homem não pode nem deve tratar de adivinhar o que Deus determinou por sua vontade. Em parte alguma a Bíblia nos convida a fundamentar nossa ação na vontade de Deus. A Bíblia nos ordena fazer as coisas, porque temos responsabilidade diante de Deus. E ao fazer o que Deus nos ordena fazer, temos a consolação de que o nosso sucesso não depende dos nossos esforços senão de Deus que faz *[...] todas as coisas segundo o conselho de sua vontade* (Ef 1.11).

Em Filipenses 2.13,13, vemos uma exortação de Paulo aos filipenses para se esforçar *[...] com temor e tremor* com relação à salvação. É evidente que apela à mesma responsabilidade, aos próprios esforços deles. Porém, apóia essa exortação com a afirmação de que é Deus quem produz neles tanto o querer quanto o realizar. Os detratores dessa doutrina querem dizer exatamente o contrário *Não vos preocupeis com vossa salvação, porque Deus é quem produz em vós*

tanto o querer quanto o realizar, pela sua boa vontade. Admitimos que isto soa muito mais lógico, mas não é o que Paulo diz.

Com relação ao perigo do desespero, podemos mencionar a observação de Lutero no seu comentário em Romanos[7] onde diz que a mesma ansiedade da pessoa deve ser a causa da confiança para com Deus, pela promessa em Salmos 51.17: *O sacrifício aceitável a Deus é o espírito quebrantado; ao coração quebrantado e contrito não desprezarás, ó Deus.* A mesma ansiedade é um indício da operação do Espírito. O homem natural, no caminho para o inferno, não se preocupa com a predestinação de Deus.

---

[1] Ulrico Zwinglio, *Del pecado original*, citado en W.P. Stephen *The Theology of Huldrych Zwingli* (Oxford, Clarendon, 1986) p. 99.

[2] Concílio de Trento, *Decreto de la justificación*, cap V em H.J. Schroeder *The canons and decrees of the council of trent* (Rockford, Tan, 1978) p. 31,32. R. Seeberg, *Manual de história de la doctrinas* (El paso, Casa bautista de publicaciones, 1965). Tomo II, p 421.

[3] J. Nichols y W.R. Bagnall (eds). *The writings of James Arminius* (Grand Rapids, Baker, 1977) Tomo II p 472,473.

[4] John Wesley, *The scripturae way of salvation*, I. 2 em A.C. Outler, op. cit. p. 273. Também em John Wesley *Predestination* cap. 79s. Em A.C. Outler, op. cit. p. 468s.

[5] Agustín, Enchiridion, cap. 32 em P. Schaff (ed). *The Nicene and post-nicene fathers* (Grand Rapids, Eerdmans, 1978) First Series, Tomo III p. 248.

[6] Agustín, *De gestis pelagii*, cap. 22 em P. Shaff. Op. Cit. Tomo V p 192,193.

[7] Martinho Lutero, *Comentario en Romanos*, Romanos 8.28-39, III em W. Pauck (ed). Luther: *Lectures on Romans* (Philadelphia, Westminster Press, 1961) p. 254,255.

[capítulo 5]

A certeza da salvação

Baseados em tudo o que foi visto, falta apenas este ponto. Já foi dito que Deus predestinou aqueles que serão salvos, que Cristo morreu por eles e que a graça de Deus opera neles de maneira irresistível para efetuar a salvação, é evidente que o homem não pode perder a salvação. Inclusive, à luz da depravação total do homem, sua incapacidade de agradar e buscar a Deus por si só, podemos dizer que se fosse possível ao homem perder a salvação, com certeza a perderia.

De fato, com este tema tocamos no ponto central da preocupação dos reformadores protestantes. Através da história da Igreja, isto tem sido a pedra de tropeço ou a pedra de toque — de acordo com a perspectiva de cada um — da soteriologia, ou seja, a doutrina

com relação à salvação. Temos de nos deter brevemente para analisar o pano de fundo histórico deste conflito.

Depois do tempo apostólico, a ênfase de Paulo na graça de Deus e na salvação pela fé em Jesus Cristo foi perdida rapidamente no novo legalismo cristão, que enfatizava ainda mais a conduta moral do cristão doque a obra de Cristo em seu favor.

No século quinto, explodiu o conflito entre Pelagio e Agostinho. Pelagio afirmava a capacidade natural (dada por Deus) do homem para escolher entre o bem e o mal, e para obedecer à lei de Deus. Agostinho afirmava a incapacidade do homem para agradar a Deus, sem a ajuda especial do Espírito Santo. É neste conflito que Agostinho desenvolveu sua doutrina da eleição e da graça, que chegou a ser fundamental para os reformadores. Com esta doutrina, Agostinho afirmou que a obra da salvação é, desde o seu início até o fim, a obra de Deus. Agostinho afirmou que a pessoa eleita por Deus não pode perder a salvação.

Durante a Idade Média, o conceito do mérito foi mais desenvolvido na Igreja. Tratava-se de encontrar um caminho intermediário entre a posição de Agostinho com relação à soberania de Deus e a posição de Pelagio com relação à responsabilidade do homem. Afirmava-se que Deus operava no homem pela sua graça infundida e que o homem tinha a responsabilidade de colaborar com essa graça. (Este é o tipo de "reconciliação" entre a soberania de Deus e a responsabilidade do homem que já dissemos ser impossível.) O homem se salva (e acumula méritos) quando colabora com a graça de Deus. Nesta perspectiva, era evidente que o homem poderia

perder a salvação. Martinho Lutero, em sua própria experiência, nos mostra o conflito e a insegurança aos quais todo cristão estava sujeito por não saber se podia ou não alcançar a salvação.

A reforma protestante é uma crítica contra toda essa perspectiva. Os reformadores enfatizavam o fato que o homem se salva pela fé e não pelas obras, mostravam que a salvação depende da obra de Cristo, não alguma pessoa. Mostravam que a salvação é obra de Deus e que, por conseguinte, é segura. Ao ler as obras de Lutero e de Calvino, vemos claramente que a motivação para expor a doutrina da predestinação e da graça é uma motivação pastoral. Eles se preocupavam com a insegurança que foi criada no cristão pela doutrina medieval do mérito. É contra essa doutrina que se opuseram para afirmar que a salvação não é dependente do homem nem pode perder-se de um dia para o outro, senão que depende de Deus e é garantida para a eternidade.

Depois da Reforma surgiram vozes em oposição à doutrina da predestinação, especialmente pelo que aparentou fazer Deus responsável pela condenação dos perdidos. Jacob Armínio (1560-1609) defendeu o livre-arbítrio e a responsabilidade do homem. Tentou definir de forma diferente a doutrina da predestinação, para salvaguardar o livre-arbítrio. João Wesley (1703-1791) seguiu a linha de Armínio e definiu a colaboração necessária entre a graça de Deus e a responsabilidade do homem a praticamente da mesma maneira que tinha definido a Igreja Católica Romana no Concílio de Trento (1545-1563). Para esses teólogos era evidente que o homem poderia perder a salvação.

A preocupação de arminianos e metodistas era que a certeza da salvação implica que o crente pode fazer o que quiser sem perder a salvação. A preocupação dos reformadores era que a salvação depende de Deus e, por conseguinte, não pode ser insegura. Agora devemos olhar o que dizem as Escrituras a esse respeito.

Dos textos que estudamos, podemos mencionar alguns exemplos. Em João 10.27-29 Jesus diz: *As minhas ovelhas ouvem a minha voz, e eu as conheço, e elas me seguem; eu lhes dou a vida eterna, e jamais perecerão; e ninguém as arrebatará da minha mão. Meu Pai, que mas deu, é maior do que todos; e ninguém pode arrebatá-las da mão de meu Pai.* Em Romanos 8.38,39, Paulo diz: *Porque estou certo de que, nem a morte, nem a vida, nem anjos, nem principados, nem coisas presentes, nem futuras, nem potestades, nem altura, nem profundidade, nem qualquer outra criatura nos poderá separar do amor de Deus, que está em Cristo Jesus nosso Senhor.* Com estes textos há outros (cf. Romanos 5.8,9; 8.32-35; 11.7; 1 Coríntios 1.8; 1 Pedro 1.23) que confirmam a mesma coisa. Ali vemos que Jesus em verdade é o *[...] autor e consumador da nossa fé [...]* (Hebreus 12.2).

Com isto não negamos que existam pessoas que evidenciam a fé em determinado momento e depois se afastam e se perdem. Na parábola do semeador (Mateus 13.1-9 e 18-23), Jesus mesmo faz distinção entre os que primeiro recebem a palavra mas a seguir tropeçam e os que recebem a palavra e também dão fruto.

Também não negamos que o verdadeiro crente possa passar por momentos difíceis e até se afastar da igreja por um tempo. Sim, afirmamos que essas pessoas, pela obra do Espírito vão recuperar sua confiança no Senhor e a comunhão com Cristo.

Há outro assunto que é muito importante sobre a certeza da salvação, que em muitas ocasiões não é considerado, ficando de fora. A obra do Espírito na pessoa terá como resultado a manifestação dos frutos do Espírito. É pelos frutos que pode se dizer (ainda que somente na tentativa) se tem havido uma obra verdadeira do Espírito na pessoa. Entre os frutos, também se deve contar a fidelidade da pessoa nos caminhos do Senhor. Uma pessoa parece evidenciar alguns dos frutos por um tempo, mas a seguir tem uma vida completamente afastada do Senhor, não manifesta a obra do Espírito em sua vida.

Com isto, respondemos à objeção já mencionada, que a pessoa eleita pode fazer o que quiser sem perder a salvação. A pessoa eleita demonstrará em sua vida, até o fim, os frutos do Espírito Santo. Isto não deve nos levar a um novo legalismo, como algumas vezes tem sido visto em algumas igrejas reformadas, onde se julga se a pessoa é ou não eleita com base na sua conduta moral. A eleição e a predestinação pertencem à vontade de Deus e não é um assunto nosso adivinhar quais são os eleitos de Deus. A operação do Espírito é, na sua grande maioria, invisível e não nos cabe julgar a pessoa com base no que podemos ver da obra do Espírito.

Ao mesmo tempo, não temos mais alternativa senão advertir sobre a importância da responsabilidade humana com relação a este ponto. As Escrituras, longe de dar uma falsa segurança aos que se consideram cristãos, os exortam em todo momento a se esforçar, seguir fiéis, obedecer ao Senhor etc. Para captar a seriedade de tal exortação, veja alguns textos.

Em Hebreus 2.1-3 lemos: *Por isso convém atentarmos mais diligentemente para as coisas que ouvimos, para que em tempo algum nos desviemos delas. Pois se a palavra falada pelos anjos permaneceu firme, e toda transgressão e desobediência recebeu justa retribuição, como escaparemos nós, se descuidarmos de tão grande salvação? [...]* em Hebreus 6.4-6 fala da queda de determinadas pessoas: *Porque é impossível que os que uma vez foram iluminados, e provaram o dom celestial, e se fizeram participantes do Espírito Santo, e provaram a boa palavra de Deus, e os poderes do mundo vindouro, e depois caíram, sejam outra vez renovados para arrependimento; visto que, quanto a eles, estão crucificando de novo o Filho de Deus, e o expondo ao vitupério.* Em Hebreus 10.29 lemos *de quanto maior castigo cuidai vós será julgado merecedor aquele que pisar o Filho de Deus, e tiver por profano o sangue do pacto, com o qual foi santificado, e ultrajar o Espírito da graça?.*

Apocalipse 3.5 e 22.19 dão a idéia que é possível que o nome de alguém esteja inscrito no "livro da vida" e mais tarde seja apagado. Tiago 5.19,20 parece dizer claramente que a alma que tem se extraviado da verdade sofrerá morte. 2 Pedro 2.20-22 fala dos que haviam escapado das contaminações do mundo mas que estavam se enredando de novo nelas *[...] tornou-se-lhes o último estado pior do que o primeiro.*

Estes textos e outros não deixam nenhuma dúvida com relação à responsabilidade do cristão. Inclusive temos de mencionar que estes textos têm sido utilizados pelos detratores da doutrina da graça, para tentar demonstrar que o verdadeiro crente pode perder sua salvação. Aqui podemos fazer algumas observações a esse respeito.

Já que a predestinação de Deus não é conhecida pelo homem e que a operação do Espírito no homem não é algo plenamente visível, o homem não pode nem deve se reger pelo que considera ser a determinação de Deus. O cristão vive no mundo como um homem responsável diante de Deus, com o dever de obedecer à vontade de Deus e com a perspectiva futura de prestar contas a Deus pelo que fez nesta vida: *Porque é necessário que todos nós sejamos manifestos diante do tribunal de Cristo [...]*, (2 Co 5.10). O cristão vive no mundo como se sua salvação e sua santificação dependessem dele mesmo.

Além disso, nós não podemos julgar na igreja se alguém é eleito ou não. De acordo com o arrependimento externo da pessoa, as aparentes mudanças, a confissão de fé no batismo etc., podemos receber a pessoa como membro na igreja. Mas pela experiência (e isto também foi a experiência dos primeiros cristãos), vemos que algumas dessas pessoas logo se afastam do evangelho e chegam a ser obstinados inimigos de Cristo. De acordo com o que se pode observar, tinham recebido a mesma graça que o cristão verdadeiro, mas se revoltaram contra a revelação e a iluminação de Deus, deslizaram, caíram novamente em sua antiga vida, e pela sua rejeição aberta ao evangelho, do qual eram aparentemente adeptos, crucificaram novamente o Filho de Deus e o expuseram ao vitupério, tendo por imundo o sangue do pacto no qual foram santificados.

Alguns pensam que alguns desses textos, especialmente Hebreus 6.4-6, se referem ao mesmo pecado contra o Espírito Santo que Jesus menciona no evangelho (Mateus 12.21,32). Ali o contexto é

de pessoas que, embora tenham manifestado a evidência da obra de Deus e de sua automanifestação, rejeitam a revelação de Dens e identificam a Deus com Satanás. O texto de Hebreus 6.4-6 com sua ênfase na iluminação, a participação do Espírito Santo e a Palavra de Deus, poderia ser entendido sob a mesma perspectiva.

Mesmo que Hebreus 6.4-6 trata de uma participação especial do Espírito Santo, devemos observar que tal operação do Espírito não corresponde necessariamente à obra salvadora da graça de um eleito. Em outras partes das Escrituras se fala de uma operação do Espírito contra a qual o homem resiste e que é retirada por Deus. Desta maneira, por exemplo, em Gênesis 6.3; 1 Samuel 16.14; Isaías 63.10; Atos 7.51. É útil dentro deste contexto, estudar o texto em 1 Coríntios 10.1-5, onde Paulo fala das pessoas que fizeram parte, pelo menos aparentemente, do povo de Deus, que foram "batizadas", que haviam recebido alimento espiritual, mas que no final não foram aprovadas por Deus. Termina dizendo que: *Ora, estas coisas nos foram feitas para exemplo [...] Aquele, pois, que pensa estar em pé, olhe não caia* (6,11,12).

O fato que os mesmos eleitos não podem perder a salvação é visto claramente em alguns textos que falam justamente da apostasia.

Em 1 João 2.18-23, o apóstolo João fala dos que negam que Jesus é o Cristo. A estes chama de anticristos, e é evidente que surgiram dentro da mesma igreja. Aparentemente isto indica que pode haver cristãos que podem chegar a negar a Cristo. O apóstolo chega à conclusão oposta: *saíram dentre nós, mas não eram dos nossos; porque, se fossem dos nossos, teriam permanecido conosco; mas todos eles*

saíram para que se manifestasse que não são dos nossos" (1 Jo 2.19). É evidente que o termo "nós" aqui indica não tanto o número de membros da igreja, mas dos cristãos verdadeiros. O apóstolo diz dos anticristos: *se fossem dos nossos, teriam permanecido conosco.* Com isto indica claramente que a pessoa que está incluída neste "nós", não pode afastar-se.

Mateus 24 fala das tribulações que acontecerão antes da vinda do Filho do Homem. Jesus começa por dizer aos seus discípulos *Acautelai-vos, que ninguém vos engane* (24.4), dando a entender claramente que eles mesmos têm a responsabilidade nisso. Depois enumera as tribulações, dizendo em vários pontos: *[...] a muitos enganarão [...] muitos hão de se escandalizar [...] e enganarão a muitos [...] o amor de muitos esfriará. Mas quem perseverar até o fim, esse será salvo* (24,5,10,11,12,13). Nisto tudo não resta dúvida com relação à seriedade da responsabilidade do cristão e da possibilidade real de cair. Porém, o mesmo texto indica que os eleitos de Deus não podem cair: *E se aqueles dias não fossem abreviados, ninguém se salvaria; mas por causa dos escolhidos serão abreviados aqueles dias* (24.22), *Porque hão de surgir falsos cristos e falsos profetas, e farão grandes sinais e prodígios; de modo que, se possível fora, enganariam até os escolhidos* (24.24). Ali é visto claramente a impossibilidade de os escolhidos serem enganados ou se perderem. Apesar disto, Jesus conclui todo o capítulo com outra exortação sobre a responsabilidade do cristão (24.42-51).

Segundo o que vemos, qualquer cristão pode cair, pode afastar-se do evangelho e se perder eternamente. Todo cristão é responsável

por sua perseverança no evangelho, ninguém pode culpar a Deus se caiu.

Ao mesmo tempo, temos dedizer que nenhum escolhido de Deus pode perder a salvação. É Deus quem começa e conclui a obra da salvação em nós. Nossa salvação depende d'Ele, de seu Espírito Santo, de sua graça em Jesus Cristo: *[...] que aquele que em vós começou a boa obra a aperfeiçoará até o dia de Cristo Jesus*"(Fp 1.6).

Isto implica que a certeza da salvação é algo que o cristão individualmente recebe pela fé em Jesus Cristo. Não é algo que pode ser comunicado a outrem. É uma convicção pessoal dada pelo Espírito Santo em nossos corações. É desta maneira que Paulo pode dizer que *e a esperança não desaponta, porquanto o amor de Deus está derramado em nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado. Pois quando ainda éramos fracos, Cristo morreu a seu tempo pelos ímpios* (Rm 5.5,6). Podemos ver aqui o duplo fundamento da nossa certeza: a base objetiva que é a obra de Cristo na cruz e a base subjetiva que é o derramamento do Espírito Santo em nossos corações, o qual *[...] testifica com o nosso espírito que somos filhos de Deus* (Rm 8.16).

Os cristãos que descansam desta maneira na obra de Cristo e têm o testemunho do Espírito em seu coração, serão movido pelo mesmo Espírito a uma vida de compromisso e de serviço a Deus, por amor e gratidão, serão movidos a glorificar a Deus com sua vida e manifestar na sua vida o caráter do Deus santo a quem pertencem, serão movido a [...] *santificação, sem a qual ninguém verá o Senhor* (Hb 12.14). Ou seja que a conseqüência desssa fé em Cristo e da obra do Espírito não será uma diminuição no sentido da responsabilidade, mas sim um aumento. O cristão vive e trabalha como se tudo

dependesse de seus esforços, na certeza e convicção de que tudo depende [...] *daquele que faz todas as coisas segundo o conselho da sua vontade* (Ef 1.11).

Conclusão

Desta maneira, concluímos nossa breve exposição as principais características da doutrina reformada da eleição e da graça.

Esperamos, desta maneira, haver indicado as bases bíblicas para esta doutrina. Também esperamos haver refutado algumas das caricaturas desta doutrina que fazem aqueles que se opõem a ela. Observamos algumas (não todas) das objeções que têm se erguido contra ela e tentamos responder a estas objeções.

Esperamos que esta exposição tenha demonstrado claramente a dificuldade de reduzir esta doutrina a um sistema lógico e sem controvérsias. A evidência bíblica nos leva a afirmar ao mesmo tempo a soberania de Deus e a responsabilidade do homem, mesmo que as

duas pareçam logicamente incompatíveis. A negação de uma das duas leva inevitavelmente a uma tergiversação da teologia bíblica.

Queremos advertir brevemente que este tema, do qual falamos neste livro, tem levado a muitas polêmicas e conflitos entre cristãos e que existe a tentação de não mais menciona-lo. Os arminianos e metodistas (e infelizmente também muitos calvinistas) pensam que a predestinação é a doutrina principal da teologia calvinista ou reformada. Os cristãos reformados fazem uma caricatura da teologia metodista como uma teologia pelagiana, cuja ênfase principal é o livre arbítrio do homem. O metodista considera que Calvino era determinista, sem interesse na responsabilidade do homem. O calvinista pensa que a teologia de Wesley é antropocêntrica, não considerando a soberania de Deus. Esses conceitos estão errados.

Não é verdade que a predestinação seja a doutrina principal da teologia calvinista. Calvino mesmo em sua obra *Institutas da Religião Cristã* dedica somente quatro capítulos ao tema (de um total de 79 capítulos). Também não é verdade que a teologia metodista seja pelagiana ou que tenha como ênfase principal o livre-arbítrio.

É um erro pensar que Calvino era determinista. Sua doutrina da predestinação se limita à determinação de Deus com respeito à eleição; não se trata de uma perspectiva da História, onde todo evento é determinado de antemão. Pode-se observar o interesse de Calvino na responsabilidade do homem em todas as suas obras. Em muitas partes enfatiza tanto a responsabilidade que nos perguntamos como é possível reconciliar isto com a doutrina da predestinação.

É um erro grave afirmar que a teologia de Wesley é antropocêntrica. Ao contrário, caracteriza-se mais como uma teologia do amor

e da santidade de Deus. Além disto, não podemos apreciar o conceito tão elevado que Wesley tinha da soberania e da providência de Deus até ler seu diário pessoal.

Para confundir ainda mais o assunto, existem determinados conceitos teológicos, onde calvinistas e metodistas aparentemente mudam de papel. Na doutrina da santificação, Wesley enfatiza a obra de Deus no cristão, por meio da qual o Espírito Santo o santifica por completo, enquanto que Calvino fala da responsabilidade do cristão e da longa luta (nunca concluída nesta vida) para alcançar a santidade.

Desde uma perspectiva reformada, cabe-nos demonstrar um amor fraternal mais amplo para com os irmãos arminianos e metodistas. Devemos reconhecer que com relação ao zelo evangelístico, à pregação da santidade, e à ênfase no discipulado, são um exemplo inspirador. (Não se pode dizer sempre o mesmo dos calvinistas.) Se enfatizarem mais a responsabilidade do homem do que a soberania de Deus, nem por isso são hereges. Tão-somente podemos dizer que eles não vêem na Bíblia esse equilíbrio entre a soberania e a responsabilidade que nós percebemos. Se eles por razões de lógica rejeitam a predestinação para afirmar a responsabilidade do homem, devemos reconhecer que os calvinistas às vezes parecem rejeitar a responsabilidade do homem para afirmar a soberania de Deus. Ambos os extremos estão errados.

Estas observações têm como propósito promover o entendimento e o amor entre cristãos de diferentes panos de fundo e de diferentes perspectivas. Não é nosso propósito defender os teólogos de um ou outro partido, nem é de nossa alçada fazê-lo. Nossa

responsabilidade é defender a doutrina bíblica e reconhecer com amor e humildade que nem todos os cristãos compartilham a mesma interpretação da Bíblia e nossa interpretação não é infalível.

Além disto, gostaríamos de advertir contra um espírito polêmico na exposição e pregação desta doutrina. A Bíblia não proclama a doutrina da predestinação em todo momento nem em todo capítulo; desta maneira, temos de ter cuidado de não fazer disto o tema central de nossa pregação. A Bíblia não expõe esta doutrina para entrar em polêmicas; assim, temos de nos cuidar de entrar muitas debates sobre este assunto.

Temos pregar esta doutrina, porque faz parte da revelação bíblica, mas temos de pregá-la com o mesmo espírito e o mesmo propósito que a Bíblia. Se olharmos alguns dos textos centrais que falam desta doutrina, como Romanos 8 e Efésios 1, podemos distinguir cinco motivos fundamentais na exposição dela:

1. A doutrina da eleição e da graça ressalta a soberania de Deus. Por meio desta doutrina, vemos mais claramente o caráter de Deus e seu amor eterno para conosco.
2. A doutrina da eleição e da graça ressalta a centralidade de Cristo na nossa salvação. Ele é o fundamento, o meio e o propósito da nossa eleição.
3. A doutrina da eleição e da graça destaca a importância do Espírito Santo e sua função principal em operar a fé, a regeneração e a santificação em nós.
4. A doutrina da eleição e da graça enfatiza a gratidão profunda que nós devemos a Deus, pois nos mostra que é somente seu amor que nos salva.

5. A doutrina da eleição e da graça nos dá consolo em meio às dúvidas, problemas, fracassos e contratempos, por nos lembrar que nossa salvação está nas mãos de Deus e podemos confiar em seu amor.

Esta doutrina não deve diminuir a ênfase que fazemos na responsabilidade do homem; não deve nos distrair da nossa própria responsabilidade de pregar o evangelho, que é o meio pelo qual o homem se salva. Vivemos neste mundo como se tudo dependesse de nós, sabendo que tudo depende dele. *Porque dele, e por ele, e para ele, são todas as coisas; glória, pois, a ele eternamente. Amém* (Rm 11.36).

SOLI DEO GLORIA

A questão da soberania de Deus e a responsabilidade do homem ainda gera fortes discussões entre os cristãos. Infelizmente, como acontece de maneira geral, a diferença da perspectiva teológica levou a divisões e polêmicas que nem sempre revelam o ideal cristão de amor fraternal. Sem dúvida devemos reconhecer que se trata de uma dificuldade teológica complexa, que não tem uma solução simples, e que nesta área, também devemos exercer uns para com os outros a paciência, o amor, o desejo de entender melhor a posição dos outros, e o entendimento de que *vivemos neste mundo como se tudo dependesse de nós, sabendo que tudo depende dele.*

Porque dele, e por ele, e para ele, são todas as coisas; glória, pois, a ele eternamente. Amém (Rm 11.36).

[SOLI DEO GLORIA!]